

ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS
(instituição de utilidade pública)

N.º59 | 8ª Série | Junho 2017



E depois de
Pedrógão
Grande?

Pronto para a próxima missão.

Um profissional fora de estrada: o novo Unimog.

Extremamente robusto e altamente competente em todo-o-terreno: é isto que define o novo Unimog U 4023 / U 5023. No combate a fogos florestais, no auxílio em desastres naturais e inundações ou no transporte de material, este todo-o-terreno profissional é a resposta para intervir onde e quando for necessária a sua atuação. Graças à flexibilidade do chassis e suspensão, eixos pórticos que permitem uma elevada altura ao solo e à travessia em água até 1,20m, o novo Unimog leva até ao fim todas as missões.



Mercedes-Benz
Trucks you can trust

Destaques

6

Entrevista

José Luís Zêzere
Investigador do Instituto de
Geografia e Ordenamento
do Território



18

Técnico

1º Encontro de
Bombeiros Profissionais
Sapadores e Municipais



26

Reportagem

SOS Pet
Oeiras tem
ambulância
para animais



34

Opinião

Testemunho na
1ª pessoa dos incêndios
de Pedrógão Grande





Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

Uma tragédia chamada... Pedrógão Grande!

O dia 17 de Junho de 2107 vai ficar na história do país, como mais um dia negro em matéria de incêndios florestais. O fogo que atingiu concelhos na zona centro provocou dias de sobressalto para as populações, para os bombeiros e proteção civil, mas também para o governo e para os jornalistas. Cada um com as suas razões.

Nesta edição de ALTO RISCO contamos com o contributo de Manuel Rebelo, antropólogo de 40 anos, natural de Castanheira de Pera, viveu de perto a tragédia de Pedrógão Grande, e faz um relato muito pormenorizado dos acontecimentos. Do que se disse, do que ouviu na comunicação social e do que viu. E também do que se sentiu, da tristeza. Confessa que alguns dias depois do incêndio ainda tinha na memória as imagens do fogo.

A ocorrência de um sismo, como o de 1755, também representa uma forte preocupação para os bombeiros e proteção civil. Como respondemos a uma ameaça destas? O assunto foi abordado na conferência internacional sobre riscos, segurança e cidadania,

que decorreu em Setúbal, e que abordamos nesta edição.

Também falamos do clima, do Acordo de Paris, que os Estados Unidos pretendem rasgar. Francisco Ferreira, da Associação Ambientalista Zero, explica-nos o que está em causa.

E falamos de proteção de dados e videovigilância. Até onde pode ir a intenção do governo de aceder a informação dos cidadãos, através de câmaras de vigilância, e, desta forma, estar a contribuir para a luta contra o terrorismo. E até que ponto isto representa um passo atrás nos direitos e liberdades de cada um de nós?

Aproveite ainda para conhecer um pouco das características da Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, com a apresentação que foi feita no 1º encontro de bombeiros profissionais, organizado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. É com muito orgulho que sou o diretor desta Escola, que é um centro de formação de excelência dos bombeiros do RSB e de outras unidades do país, através de protocolos.

Aproveite as férias, se já for o caso! Boas leituras!

Diretor

Filomena Barros

Diretor-Adjunto

Sérgio Rui Carvalho

Redação

Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva
Grafismo

João Botas Gonçalves

Paginação

João Botas Gonçalves

Fotografia

Gab. Aud. ANBP
Moisés Romão

Publicidade

Paulo Bandarra

Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200-647 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem

20 000 exemplares

Registo n.117 011

Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão

MX3

NOVO ŠKODA KODIAQ
RECONECTA-TE
COM A SENSACÃO
DE LIBERDADE

ŠKODA
SIMPLY CLEVER

Classe 1
Via Verde

7 Lugares

Consumos combinados de 5,9 a 6,2 l/100km. Emissões de CO₂ de 131 a 151 g/km.

O novo ŠKODA Kodiaq abre as portas à aventura em família com todo o espaço interior e conforto que só os seus 7 lugares oferecem. Totalmente apetrechado de soluções Simply Clever desenhadas para organizar a mais desorganizada das famílias, o novo SUV da ŠKODA chegou para levar tudo e todos a qualquer lugar, por qualquer caminho e sempre com a classe 1 na Via Verde. Caixa DSG, Sistema de Navegação e Area View com câmara 360°* são só algumas das razões para fazer as malas e voltar a sentir aquela sensação natural de liberdade.

*Pacote Xcellence

TEST DRIVE
808 50 99 50

Instale as Aplicações ŠKODA no seu telemóvel

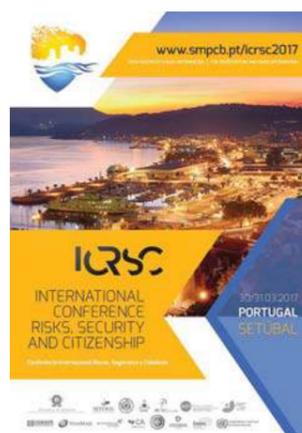




Perfil

José Luís Zêzere é Professor Catedrático no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (universidade onde fez os seus estudos) e faz parte do Núcleo de Investigação do Centro de Estudos Geográficos (CEG) de Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental – RISKam.

É coordenador das equipas de Riscos e Protecção Civil na elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) do Oeste e Vale do Tejo e Área Metropolitana de Lisboa. Autor/Coautor de 29 artigos indexados no ISI web of science; Índice h = 10. Revisor científico de várias revistas científicas internacionais.



“Um sismo equivalente ao verificado em 1755 está longe de ser a única ameaça sísmica para Portugal”

Por Alexandra Martins Silva

Decorreu em Setúbal, entre os dias 30 e 31 de março, a Conferência Internacional de Riscos, Segurança e Cidadania que reuniu peritos e investigadores nacionais e internacionais, num ciclo multidisciplinar que abordou temáticas como sismos e tsunamis, a segurança rodoviária e ferroviária, entre muitos outros assuntos.

A Alto Risco falou com o investigador José Luís Zêzere, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, que participou na conferência e deu-nos a conhecer a sua opinião de especialista sobre o planeamento do território no nosso país e em matéria de desastres naturais.



Que balanço faz sobre a “Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania”, realizada nos dias 30 e 31 de março, em Setúbal?

O balanço é extremamente positivo, a avaliar pela qualidade das apresentações, pelas discussões geradas e pelo interesse manifestado pela generalidade dos participantes. A abordagem multidisciplinar em torno dos temas dos Riscos, Segurança e Cidadania revelou constituir um bom veículo para a prossecução dos princípios, prioridades e metas definidas pelo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, aprovado pelas Nações Unidas. Adicionalmente, a Conferência teve a virtude de colocar em diálogo, num mesmo fórum, entidades variadas como a Academia, os Municípios e a Sociedade Civil, que aspiram contribuir para a construção de territórios e sociedades mais resilientes e menos vulneráveis ao risco de desastre.

Num contexto onde a mitigação e a adaptação aos riscos que ameaçam as sociedades constituem prioridades de primeira linha, fica a certeza que se justifica a repetição da Conferência futuramente.

O que é que falta em Portugal para que se faça um melhor ordenamento do território?

A situação do Ordenamento do Terri-

tório, particularmente no que respeita à sua relação com a gestão dos riscos e a segurança de pessoas e de bens é hoje, em Portugal, bastante melhor do que no passado. O Ordenamento do Território é atualmente guiado por regras estritas, plasmadas em legislação recente, publicada em 2014 e 2015. Refiro-me, concretamente, à Lei nº 21/2014 que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, e ao Decreto-Lei nº 80/2015 que revê o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. A lei de bases determina que a prevenção e redução de riscos coletivos constituem um dos objetivos da gestão territorial. Adicionalmente, a nova legislação contempla ferramentas de gestão do risco que deverão ser exploradas, essencialmente ao nível do ordenamento municipal, como é o caso da Transferência da edificabilidade, Direito de preferência, Dever de indemnização e Mecanismos de incentivos.

No entanto, o ordenamento e a gestão do território são processos que funcionam em contínuo e há passivos territoriais muito pesados em Portugal, verdadeiras disfunções em matéria de riscos, que resultam de más decisões tomadas no passado e que são de muito difícil solução na atualidade. São exemplos a densificação da urbanização em zonas ameaçadas por cheias e a excessiva ocupação urbana em zonas de litoral baixo arenoso, sujeito

a galgamento oceânico, ou junto a arribas instáveis. A correção destas situações não é fácil, por razões sociais e económicas, e deverá ser sempre sustentada por análise de custo-benefício.

Cada vez mais, fala-se sobre a possibilidade de um novo sismo semelhante ao de 1755. Qual é a probabilidade temporal e que danos serão provocados por um novo sismo?

A sismicidade em Portugal Continental é tipicamente moderada, sendo que os sismos de grande magnitude ocorrem com intervalos longos. Este facto representa uma vantagem comparativamente a outras regiões do planeta que estão sujeitas a uma perigosidade sísmica mais elevada, como o Japão ou a Califórnia, mas tem o inconveniente de contribuir para que se perca a memória do sismo na sociedade portuguesa que, por essa razão, tende a não ser tão resiliente e exigente no que respeita à segurança antissísmica quanto o desejável.

O sismo de 1755, que afetou seriamente a cidade de Lisboa e outras zonas no centro e sul do território português é um exemplo paradigmático das limitações do conhecimento científico da atualidade. Este sismo, com uma magnitude estimada de 8.7, é um dos sismos históricos mais conhecidos e estudados no mundo, mas subsistem imensas incertezas, por exemplo, acerca da localização precisa do epi-

centro, ou do evento com características comparáveis que o antecedeu no tempo, eventualmente ocorrido no ano 63 A.C. Em qualquer circunstância, trata-se de ciclos sísmicos longos, superiores a 1000 anos, pelo que a incerteza acerca do período de recorrência é bastante elevada. Adicionalmente, um sismo equivalente ao verificado em 1755, constituindo o cenário mais desfavorável, está longe de ser a única ameaça sísmica para Portugal, uma vez que há muitas outras estruturas com potencial para gerar sismos com magnitudes suficientemente elevadas para produzir consequências graves. Este facto é confirmado por registos passados, como os verificados em 1344 ou 1531, quando se verificam destruições extensivas na zona de Lisboa, na sequência de sismos com origem na zona de falhas do vale inferior do Tejo.

Os danos dos sismos manifestam-se diretamente através do colapso do edifício e em eventuais ruturas na superfície topográfica. Os sismos podem ainda originar efeitos indiretos, tais como a liquefação e a subsidência de aterros arenosos e a ocorrência de movimentos de massa em vertentes.

Qual será a área mais afetada?

A área mais afetada dependerá sempre da localização do epicentro e da estrutura tectónica que gera o sismo. Pelo contexto geotectónico e pelo registo sísmico passado, as áreas mais suscetíveis para serem atingidas mais fortemente por sismos em Portugal Continental são, sem preocupação de hierarquia, o Baixo Vale do Tejo, a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo litoral e o Algarve.

O país (e a capital) está pronto para esse cenário?

Provavelmente, nenhum país estará completamente preparado para fazer face a um sismo com localização próxima, de magnitude 8.7. O simulador sísmico existente em Portugal permite à Autoridade Nacional de Proteção Civil avaliar as consequências associadas a diferentes cenários sísmicos, por exemplo em termos do número de vítimas, edifício colapsados e vias interrompidas. Como é evidente, o desenvolvimento deste simulador é essencial para estruturar o planeamento da emergência. No entanto, a preparação para a emergência tem de ser acompanha-

da pela implementação de medidas preventivas, que passam pelo reforço estrutural antissísmico de edifícios estratégicos, vitais e sensíveis, como é o caso dos hospitais e centros de saúde, quartéis de bombeiros e outras instalações de agentes de proteção civil. No mesmo sentido, o reforço antissísmico deve ser generalizado nos processos de regeneração urbana, nomeadamente no sul e centro do país, e a fiscalização das novas construções deve garantir que as regulamentações antissísmicas em vigor estão a ser plenamente cumpridas.

Relativamente às alterações climáticas, que impacto estão a provocar, ou vão provocar a curto ou longo prazo, em Portugal?

As alterações climáticas, decorrentes da emissão excessiva de gases que produzem efeito de estufa, acrescentam-se a um sistema climático que é marcado, naturalmente, por variabilidade e, por essa razão, não é fácil separar, em cada momento, o que é devido a uma ou outra razão. Em qualquer caso, as alterações climáticas são uma preocupação que levou ao Acordo de Paris, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, onde se ambiciona, por exemplo, a limitação do aumento da temperatura até 2 graus centígrados acima dos níveis pré-industriais.

Os impactos das Alterações Climáticas materializam-se em Portugal, desde logo, na subida do nível do mar, comprovada pelos dados do marégrafo de Cascais que indicam uma subida de cerca de 2 mm / ano nos últimos 100 anos. Esta subida, juntamente com a diminuição do fluxo de sedimentos, sobretudo a partir dos anos 1950 na sequência da construção de barragens, e com a ocupação desregrada da faixa litoral, é responsável por problemas sérios de erosão costeira, principalmente nos litorais de costa baixa arenosa, mas também em áreas de arribas instáveis nos litorais de costa rochosa. Paralelamente, o aumento da temperatura do ar traduz-se no incremento da frequência e da magnitude das ondas de calor, cujos efeitos tenderão a ser mais acentuados, acompanhando o envelhecimento da população portuguesa. Os períodos anormalmente quentes tenderão, igualmente, a acentuar a frequência e a magnitude dos incêndios florestais,

num país onde há imenso a progredir no que respeita ao ordenamento dos espaços rurais e florestais. No que respeita à precipitação, perspetiva-se a diminuição da precipitação total anual, mas acompanhada pelo aumento da frequência de episódios de chuvas intensas, geradoras de cheias rápidas nas pequenas bacias hidrográficas e inundações nas áreas urbanas. Por último, é esperada a ocorrência de períodos de seca mais longos e mais frequentes. A escassez de água poderá ser o maior desafio de adaptação pelo qual o país poderá ter de passar, em contexto de Alteração Climática acentuada.

O que pode ser feito para melhorar e aumentar a segurança nacional e local, em matérias de proteção civil, para evitar estragos provocados por desastres naturais?

A salvaguarda da segurança de pessoas e bens passa, antes do mais, por garantir uma boa articulação entre a Proteção Civil e o Ordenamento do Território, nomeadamente ao nível municipal, assegurando um balanço equilibrado entre medidas de política preventivas e reativas. Estas últimas são inerentes à atividade da Proteção Civil, essencialmente na sua vertente da Emergência e Socorro. Mas a Proteção Civil defende, cada vez mais e justificadamente, a implementação de medidas preventivas para a gestão dos riscos. Ao nível territorial, as medidas preventivas mais eficazes são tomadas no quadro do Ordenamento do Território, no sentido de serem evitadas as utilizações desajustadas das áreas perigosas, pelo que se justifica a cooperação intersectorial.

As medidas preventivas passam também pelo desenvolvimento e implementação de sistemas de alerta precoce para cheias rápidas e movimentos de massa em vertentes e pelo estabelecimento de sistemas de aviso e de rotas de evacuação em situação de tsunami, nomeadamente nas zonas costeiras utilizadas extensivamente pela população. Por último, é fundamental investir na cultura de prevenção e no envolvimento de toda a população num processo de reforço da resiliência que deve ser inclusivo e participado, que passa pela realização de exercícios de evacuação e de autoproteção nos locais de trabalho, com particular destaque para a aprendizagem a desenvolver na escola com as crianças.





Festa para os mais novos com o ambiente e segurança

Por Alexandra Martins Silva

O eiras assinalou o Dia Mundial da Criança com a “Festa da Criança em Ambiente e Segurança”, que mostrou aos mais pequenos os meios e o trabalho dos agentes de proteção civil do concelho, no Centro Desportivo Nacional do Jamor, no dia 1 de junho.

Em declarações à Alto Risco, a vereadora de proteção civil da Câmara Municipal de Oeiras, Eduarda Matos Godinho, explicou que “durante esta semana [27 de maio a 4 de junho] temos várias atividades, a maior parte delas dirigida ao nosso público mais pequeno, às escolas. Como é o Dia da Criança, e como aqui é um espaço privilegiado que temos [...] decidimos trazer o equipamento de proteção civil, dos bombeiros, da polícia, para as crianças se aperceberem e entenderem o que é que é a proteção civil e os meios que nós temos no que diz respeito ao socorro, (...) não só no atual, mas também estamos a demonstrar a evolução que o socorro vai tendo ao longo dos anos; temos algumas viaturas com mais de 50 anos.”. Mais de 20 escolas do concelho, e também alguns colégios, participaram

no programa repleto de atividades lúdicas/pedagógicas para os mais pequenos, puderam ver as várias viaturas antigas que fizeram parte das várias corporações de bombeiros de Oeiras, como os Bombeiros Voluntários do Dafundo, os de Carnaxide, os de Barcarena e os de Paço-de-Arcos.

O comandante Manuel Fonseca, dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, também falou com a Alto Risco e disse que “até ao dia de hoje, é positivo [o balanço]. As crianças ficam a conhecer o que são os bombeiros, algumas até acabam por aderir aos corpos de bombeiros, há visitas aos quartéis abertos. É positivo, é sempre bom para as crianças terem noção do que é que se efetua a nível de proteção civil no concelho de Oeiras.”

Resultante de uma parceria entre o Departamento Municipal do Ambiente e o da Polícia Municipal e Proteção Civil, esta iniciativa, que já se realiza há mais de 10 anos, reuniu os meios de proteção civil do concelho de Oeiras, nomeadamente sete corporações de bombeiros, a polícia, a polícia municipal, a marinha, a brigada de binómios da PSP, o Instituto de Socorros a Náufragos.



Zé Baril em Coimbra

A cidade de Coimbra recebeu a mascote da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Dia da Liberdade. O Zé Baril esteve durante todo o dia 25 de abril na Rua Ferreira Borges, junto à Câmara Municipal de Coimbra. Nesta ação conjunta, resultante de uma parceria entre ANBP/SNBP e a autarquia, estiveram envolvidos membros da proteção civil municipal, polícia municipal e polícia de segurança pública.

Nas atividades desenvolvidas ao longo do dia estiveram envolvidas mais de mil crianças.



Pub

JACINTO

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Suocr, Lda
Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885 - 999 Esmoriz - Portugal
Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184
3885 - 530 Esmoriz
Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
info@jacinto-Lda.com
www.jacinto-Lda.com

PME lider

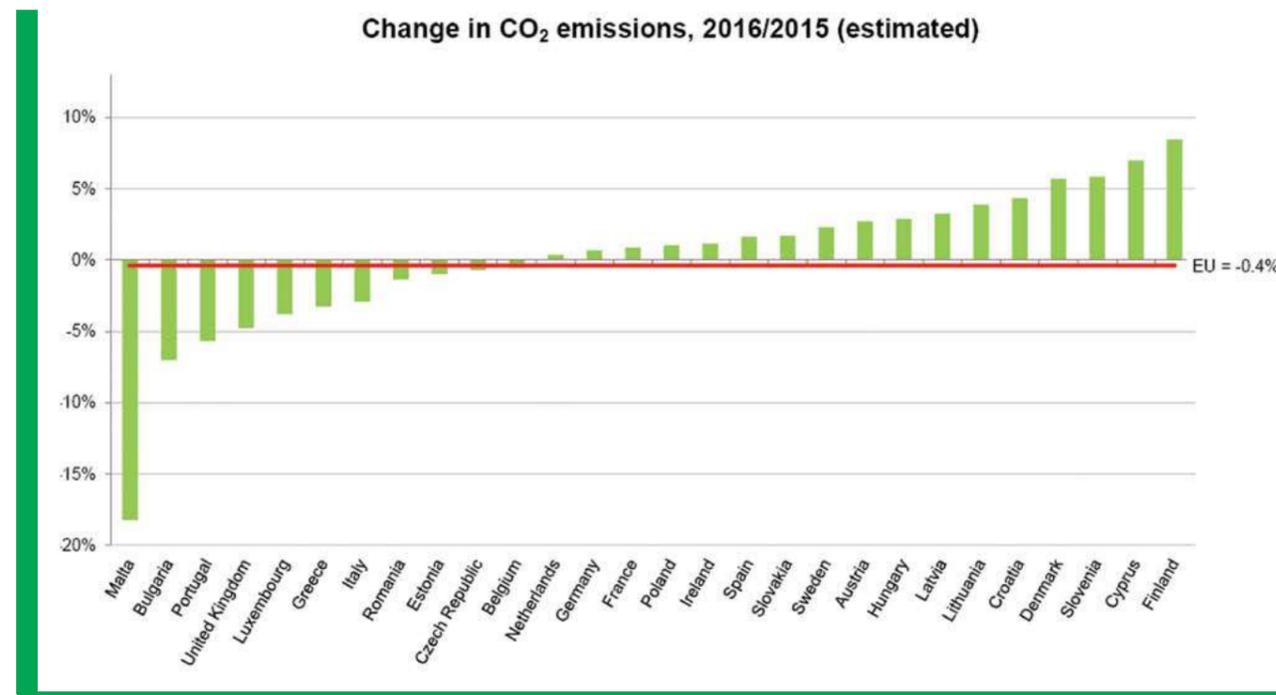
SGS



Portugal foi o terceiro país da União Europeia com maior diminuição na emissão de CO₂

Por Alexandra Martins Silva

Dados do Eurostat, divulgados num relatório do dia 4 de maio, revelam que a emissão de dióxido de carbono (CO₂) na União Europeia diminuiu 0.4% em 2016, comparativamente com o ano anterior. Com uma descida de 5.7%, Portugal encontra-se entre os três países que registaram maior queda.



As emissões de dióxido de carbono para a atmosfera são o principal fator que contribui para o aquecimento global e para 80% das emissões de gases de efeito de estufa na União Europeia. Este relatório é uma estimativa inicial das emissões de CO₂ em 2016. O país que registou a maior baixa foi Malta, com menos 18,2% de emissão de CO₂, seguida da Bulgária com 7% e Portugal com 5.7%. No fim da lista da redução da emissão de dióxido de carbono, está a Eslovénia com um aumento de 5.8%, o Chipre com 7% e a Finlândia com 8.5%.



O relatório do Eurostat – gabinete estatístico da União Europeia – mostra que 11 países da União apresentaram reduções, mas explica que existem vários fatores que podem influenciar as oscilações nas emissões, como as condições climáticas, o crescimento económico, o tamanho da população, as atividades industriais e dos transportes e a importação e exportação de energia, que, por exemplo, têm impacto nas emissões no país onde os combustíveis fósseis são queimados. O Eurostat explica que se o carvão é importado há um aumento nas emissões, mas se é a eletricidade que é importada, o país importador não sofre nenhum impacto, ao contrário do país exportador produtor de energia.

Fonte: Eurostat (<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/8010076/8-04052017-BP-EN.pdf/7b7462ca-7c53-44a5-bafb-23cc68580c03>)

| | Change 2016/2015 | Share of EU total CO ₂ emissions in 2016 |
|----------------|------------------|-----------------------------------------------------|
| EU | -0.4% | 100% |
| Belgium | -0.6% | 2.5% |
| Bulgaria | -7.0% | 1.4% |
| Czech Republic | -0.7% | 3.0% |
| Denmark | +5.7% | 1.1% |
| Germany | +0.7% | 22.9% |
| Estonia | -1.0% | 0.5% |
| Ireland | +1.1% | 1.2% |
| Greece | -3.3% | 2.1% |
| Spain | +1.6% | 7.7% |
| France | +0.9% | 9.8% |
| Croatia | +4.3% | 0.6% |
| Italy | -2.9% | 10.1% |
| Cyprus | +7.0% | 0.2% |
| Latvia | +3.2% | 0.2% |
| Lithuania | +3.9% | 0.3% |
| Luxembourg | -3.8% | 0.3% |
| Hungary | +2.9% | 1.3% |
| Malta | -18.2% | 0.04% |
| Netherlands | +0.4% | 4.9% |
| Austria | +2.7% | 1.7% |
| Poland | +1.0% | 9.2% |
| Portugal | -5.7% | 1.4% |
| Romania | -1.4% | 2.1% |
| Slovenia | +5.8% | 0.4% |
| Slovakia | +1.7% | 0.8% |
| Finland | +8.5% | 1.4% |
| Sweden | +2.3% | 1.2% |
| United Kingdom | -4.8% | 11.7% |



Francisco Ferreira
Presidente da Associação Zero

Perfil

Francisco Ferreira é o presidente da Associação Zero (Associação Sistema Terrestre Sustentável).

É professor na área de ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL) e tem participado ao longo dos anos nas principais conferências das Nações Unidas na área das alterações climáticas e desenvolvimento sustentável.

Tem publicados dezenas de artigos em revistas científicas e coordenou diversos projetos nacionais e internacionais.

Foi membro do Conselho Nacional da Água e do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

É licenciado em Engenharia do Ambiente na FCT/UNL em 1989. Efetuou o Mestrado em Virginia Tech, EUA, e concluiu o doutoramento na FCT/UNL em 1998.

“Felizmente, o Acordo de Paris é maior do que qualquer nação ou governo”

Por Alexandra Martins Silva

O presidente Donald Trump, anunciou, dia 1 de junho, que os Estados Unidos da América vão sair do Acordo de Paris para o clima, dizendo que o acordo representa um ataque à soberania do país. Este anúncio provocou uma onda de protestos por todo o mundo, desde líderes mundiais, até mesmo presidentes de petrolíferas, a reivindicarem a importância e irreversibilidade do documento assinado a 12 de dezembro de 2015 por 195 países juntos num só objetivo: combater o aquecimento global.

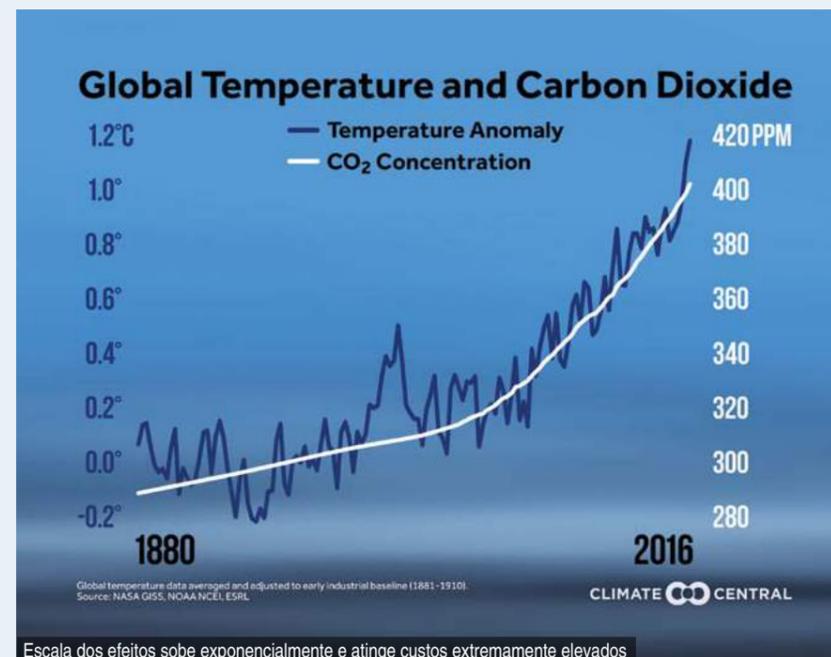
Em entrevista à Alto Risco, Francisco Ferreira, presidente da Associação Ambientalista Zero, explicou o que é o Acordo de Paris, os seus objetivos, e o que representa a saída dos Estados Unidos da cena.

O que é o Acordo de Paris? Por que é que foi criado e quais os seus objetivos?

O Acordo de Paris é o instrumento mais importante à escala mundial para limitar os impactos das alterações climáticas. O Acordo foi aprovado na reunião anual da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas realizada em Paris em dezembro de 2015 e pretende assegurar um aumento de temperatura bem abaixo de 2°C em relação à era pré-industrial e procurar mesmo limitá-lo a 1,5°C. Para isso é necessária uma forte redução das emissões de gases com efeito de estu-



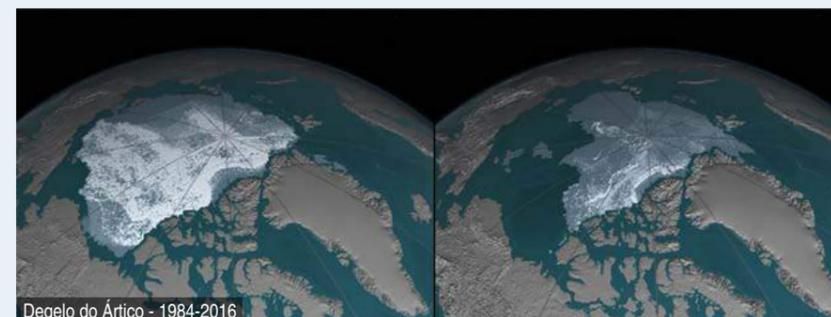
Representantes mundiais celebram a aprovação do Acordo de Paris na Conferência para as Alterações Climáticas realizada em Paris, França, em 2015



fa, nomeadamente todos aqueles que estão relacionados com a queima dos combustíveis fósseis (principalmente o dióxido de carbono), com a produção animal intensiva ou com os fermentação dos resíduos (como é o caso do metano) ou ainda de gases particulares como é o caso dos compostos fluorados que são usados na refrigeração. Pretende-se atingir um balanço neutro entre as fontes (as emissões antropogénicas) e os sumidouros de carbono (florestas e outros), na segunda metade deste século. Este objetivo de neutralidade das emissões tem implicações enormes na matriz energética mundial, pois só um investimento, sem escala até hoje, em energias renováveis e em eficiência energética, deixando os combustíveis fósseis nas suas jazidas, é compatível com este nível de ambição. Claramente estamos a falar de uma mudança de paradigma que terá repercussões enormes no modo como as sociedades se sustentam e se perspetivavam em relação aos tempos atuais.

Qual será o impacto do Acordo e quando é que se poderá começar a registar uma mudança?

Um dos aspetos mais importantes para se entender o Acordo de Paris, é

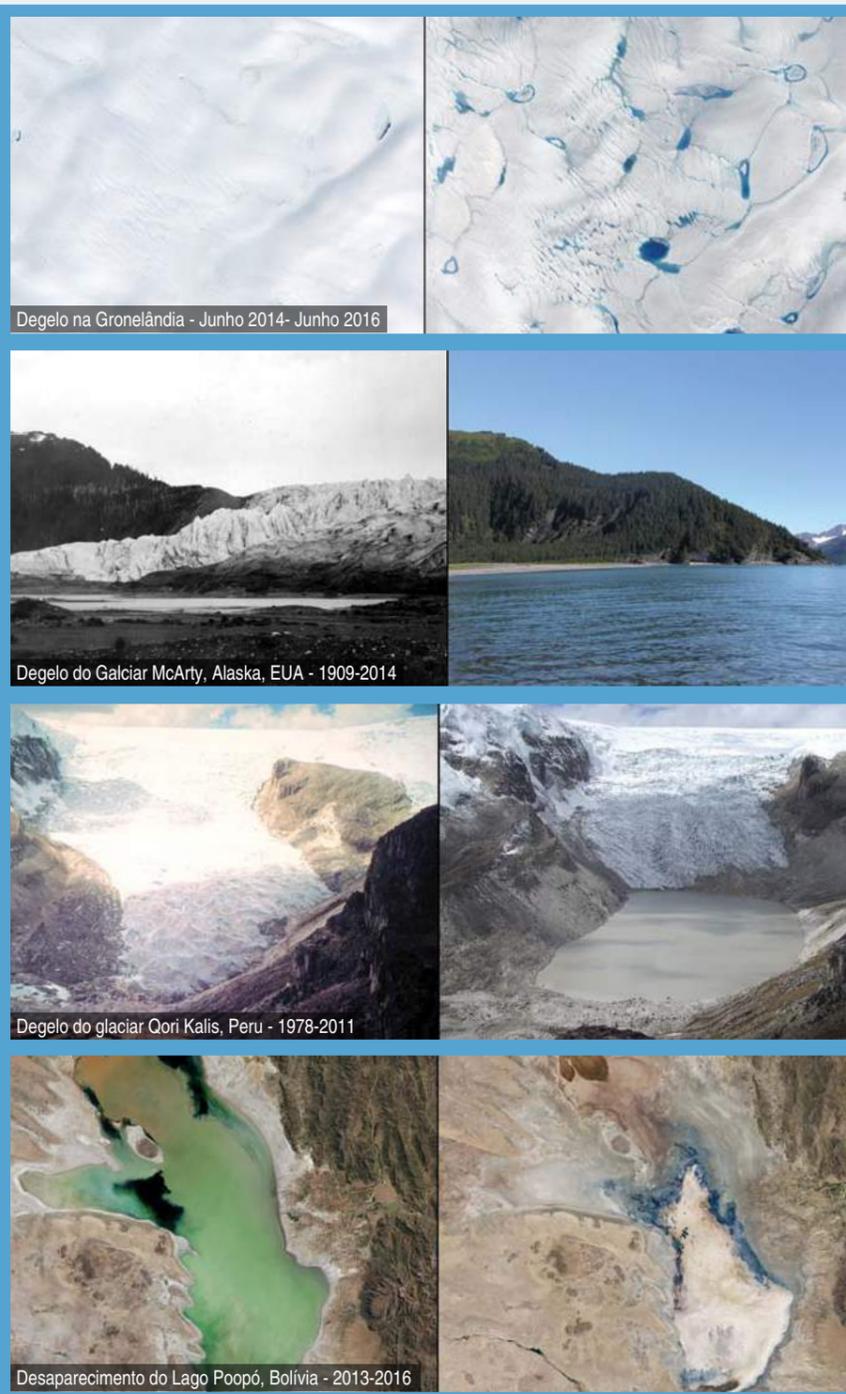


A NASA tem na sua página da internet uma galeria de imagens, “Imagens de Mudança” (“Images of Change”), que mostram o antes e depois do efeito das alterações climáticas, e não só, em vários locais do planeta Terra.

compreender que, ao contrário do Protocolo de Quioto que foi construído olhando para uma meta global de emissões depois repartida pelos países desenvolvidos, o Acordo de Paris tem uma visão de baixo para cima, onde cada país afirmou as metas, ou compromissos nacionais que deverá cumprir em 2025 ou em 2030, sendo que o valor das emissões no futuro apenas poderá vir a ser reduzido e nunca aumentar. No final, somam-se estas contribuições, encontra-se o total global e avalia-se o cumprimento do objetivo final: limitar o aumento máximo de temperatura para a atmosfera. O Acordo de Paris não traça metas a cumprir, mas é o início de um processo que tem a capacidade de tornar mais eficaz e exigente o combate às alterações climáticas face à evolução das emissões, aos dados científicos que forem surgindo e por envolver todos os países. Se o médio prazo é relevante, não se pode esperar até lá. É fundamental atuar já e o Acordo de Paris também reflete essa urgência, com a consagração de um esforço de cooperação e financiamento até ao ano 2020, para além da implementação de compromissos do Protocolo de Quioto que continua em vigor. É certo que nos últimos dois/três anos, à escala mundial, as emissões estabilizaram, apesar de um aumento da atividade económica, o que é um bom sinal. Porém, como temos de considerar que os gases em causa permanecem na atmosfera cerca de 100 anos, uma forte redução terá que ter lugar e os efeitos do Acordo só deverão começar a ser visíveis daqui a alguns anos dado que o clima também tem uma resposta lenta.

Por que é que foi escolhida a meta de assegurar que a temperatura média global fique dois graus Celsius abaixo dos níveis pré-industriais? Porquê escolher estes níveis?

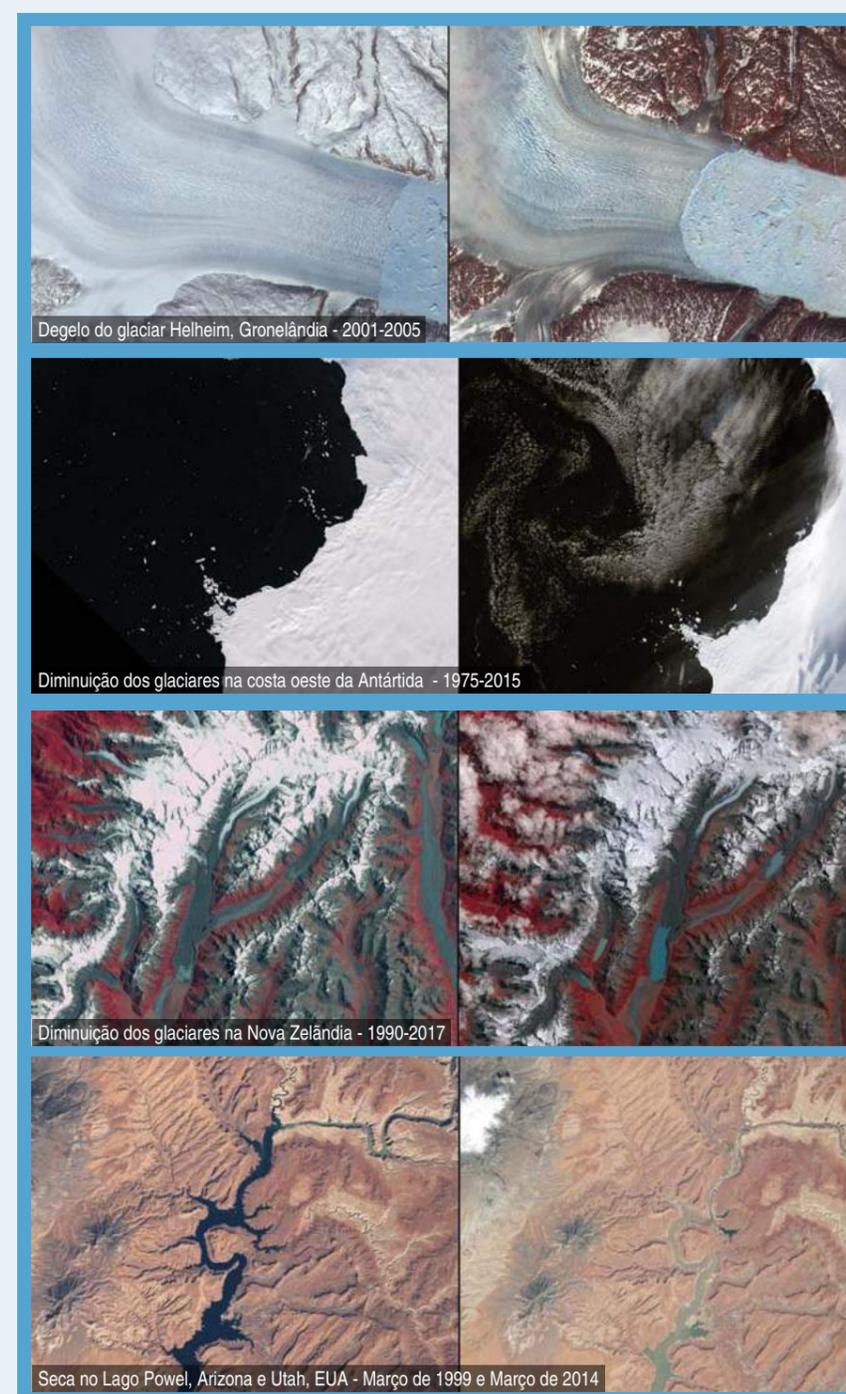
Existe um conjunto de mais de 3 mil cientistas de todo o mundo que constituem o Painel Intergovernamental para as



alterações Climáticas (em inglês, o denominado IPCC). Este Painel tem efetuado um conjunto de relatórios, o último dos quais terminado em 2014 e onde não apenas se coligem evidências das alterações climáticas mas se estudam e se simulam cenários para as próximas décadas. O que se identificou é que as consequências para o planeta resultantes das alterações climáticas (subida do nível do mar, eventos meteorológicos extremos, efeitos na saúde humana e nos ecossistemas, entre outros), têm um ponto de rutura para um aumento de temperatura de cerca de 2 graus Celsius. Isto é, a partir daí a escala dos efeitos sobe exponencialmente e atingem custos extremamente elevados.

Quais os países que mais contribuem para o aumento da temperatura do planeta?

Em 2014, o topo dos países emissores de carbono foram a China, os Estados Unidos, a União Europeia, a Índia, a Rússia, Japão e Canadá. Estes dados incluem as emissões de CO2 provenientes da queima de combustíveis fósseis, bem como fabricação de cimento e queima de gás. De notar que quatro países ou grupos de países (China com 28%, EUA com 14%, UE28 com 10% e Índia com 7%), representam 58% das emissões globais de CO2 associadas aos combustíveis fósseis. As emissões totais da China já ultrapassaram as dos EUA e, per capita já ultrapassaram



as da União Europeia. Porém, se considerarmos que devemos olhar para os valores acumulados de emissões, os Estados Unidos da América são de longe o país com o maior contributo.

O que implica a saída dos Estados Unidos da América do Acordo?

Esta saída tem na sua base razões de política interna e de afirmação do Presidente Trump, com justificações que não fazem sentido, pois os custos da inação serão sempre superiores às medidas de mitigação de emissões e os empregos são cada vez mais verdes. Mais ainda, a saída dos EUA não põe em causa o enorme esforço de redução de emissões e de

transição para as energias renováveis, que está a ocorrer no mundo mas também por parte de muitos estados americanos, municípios e, principalmente, empresas. Os investimentos em energias renováveis e em eficiência energética vão continuar a acontecer, na América e no mundo e estamos a caminhar para um planeta e uma economia cada vez mais livre dos combustíveis fósseis. Este alheamento dos EUA fragiliza o multilateralismo e ação concertada à escala mundial, mas não levará outros países atrás. O Acordo vai proporcionar certamente novas lideranças como a China, permitindo também o levantar da moral da União Europeia que se deve mostrar mais unida e ambiciosa.

A saída de um país como os EUA do Acordo de Paris requer que as metas, e as medidas para as atingir, sejam revistas?

Renegociar o Acordo é uma verdadeira ficção e o abandono da contribuição dos EUA para o Fundo Climático Verde que permite aos países com menor capacidade se adaptarem às consequências das alterações climáticas é de uma enorme injustiça por parte do país principal responsável pelo problema. Felizmente, o Acordo de Paris é maior do que qualquer nação ou qualquer governo. Ainda podemos conseguir a promessa de Paris, mas não temos tempo a perder. Os países de todo o mundo devem aproveitar a oportunidade para libertar esse potencial, investir em energia renovável que elimine a poluição nociva do carbono e construir economias mais flexíveis, inclusivas e prósperas e assim atingir metas mais ambiciosas que compensem um eventual prejuízo de redução de emissões causado pela saída dos Estados Unidos.

Qual é o contributo de Portugal para a concretização das metas do Acordo?

O esforço de redução de emissões por Portugal enquadra-se nas metas europeias que para o nosso país são muito menos exigentes que o desejável e necessário. Porém, Portugal ao ter afirmado na última conferência das Nações Unidas que pretende traçar um caminho para ser neutro em carbono em 2050 colocou uma fasquia elevada e determinou um esforço significativo de investimento na descarbonização da economia que será um enorme desafio para os próximos 33 anos. Em todos os setores, este objetivo e esta visão mostram Portugal como um país pequeno mas simultaneamente no grupo dos mais ambiciosos à escala mundial. Não tenhamos dúvidas que isso permitirá ao país um desenvolvimento mais sustentável e com melhores garantias de qualidade de vida para as próximas gerações.

Fonte:
 NASA: <https://climate.nasa.gov/images-of-change?id=625#625-snowpack-restored-on-californias-sierra-nevada>
 Climate Central: <http://www.climatecentral.org/gallery/graphics/co2-and-rising-global-temperatures>

Perfil

Tenente-Coronel Pedro Patrício é comandante do RSB desde o ano de 2013. É licenciado em Engenharia da proteção civil e em Ciências Militares. Tem duas Pós-Graduações em Direito e Segurança e em Gestão de Informação. Entre outras funções foi Assessor do Diretor Nacional da Proteção Civil de Timor-Leste, na Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (2011-2012) e 2º Comandante do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR (2010-2011). Foi Diretor da Unidade de Gestão Técnica da Direção Nacional de Bombeiros (2008-2009) e Chefe de Gabinete do Presidente da ANPC em 2007.



Visão estratégica do socorro na cidade de Lisboa Intervenção do Tenente-Coronel Pedro Patrício

O Comandante do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, Tenente-Coronel Pedro Patrício, foi um dos intervenientes do 1º Encontro, Bombeiros Sapadores e Municipais, realizado a 25 de maio, pelo RSB, no Fórum Lisboa. A organização da estrutura do Regimento e as valências do socorro na cidade de Lisboa estiveram entre os temas abordados.

O Socorro na cidade de Lisboa
"Uma" Visão Estratégica

17-07-2017

© Socorro na cidade de Lisboa: Visão Estratégica

Orgânica

- O RSB é equiparado a uma **DIREÇÃO MUNICIPAL**.
- Integra a **estrutura nuclear** da Câmara Municipal de Lisboa.

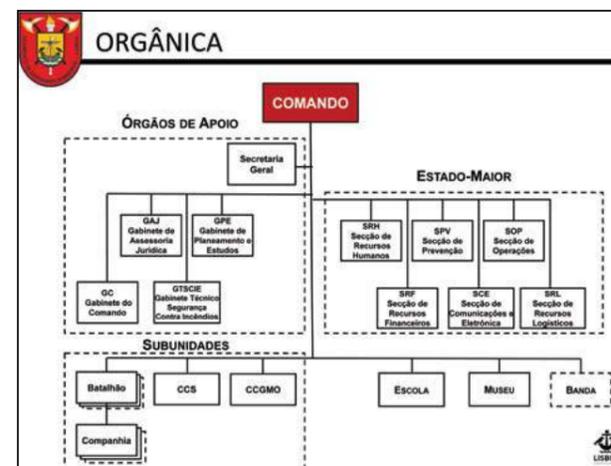
(Decreto n.º 3063/2011)

Orgânica

- O RSB é equiparado a uma **DIREÇÃO MUNICIPAL**.
- Integra a **estrutura nuclear** da Câmara Municipal de Lisboa.

(Decreto n.º 3063/2011)

O RSB, é corpo especial de funcionários especializados de proteção civil, enquanto **CORPO DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS**, integrados no quadro de pessoal da câmara municipal de Lisboa. (n.º 2, art.º 3º, DL 106/2002)



ÁREA DE ACTUAÇÃO

- Município de Lisboa
- 24 Freguesias
- Superfície de **100,05 km²**
- 552.700 habitantes**
- 5.524 habitantes km²**
- 24h/dia | 7 dias/semana
- 11 quartéis** | 4 turnos

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal - 2016

DISPOSITIVO

- 3 Batalhões
- 6 Companhias
- 11 Quartéis

DISPOSITIVO

- 3 Batalhões
- 6 Companhias
- 11 Quartéis

DISPOSITIVO

- 3 Batalhões
- 6 Companhias
- 11 Quartéis

DISPOSITIVO



PORQUÊ MUDAR?

"Não há nenhuma razão para que alguém queira ter um computador em casa."

Ken Olson,
presidente e fundador da Digital Equipment Corp., 1977.

COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- ISIE**
 - Segurança Contra Incêndios em Edifícios
- Brigada Cadastro**
 - Manutenção da rede de Hidrantes
- INISAC**
 - Núcleo de Intervenção Social e Apoio ao Cidadão
- ICCGMO**
 - Centro de Comando e Gestão de Meios Operacionais
- IBRSB**
 - Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros
- Destacamento de Intervenção em Catastrofe**
 - Experiência Internacional
 - Capacidade de Projeção
 - Módulos (MUSAR/CBRN)

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

P- Pessoas
E- Equipamento
F- Formação
O- Organização

Todas as peças têm que ser interligadas para originarem a sustentabilidade.

COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

- Museu
- Banda
- Participação em Competições
- Elaboração de Manuais e Guias Técnicos
- Investigação e Cultura

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

F – Formação

Níveis diferenciados
Grupos específicos

COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

E – Equipamento

Uniformização & Manutenção centralizada

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

P- Pessoas

Formar & Treinar & Executar

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

O – Organização

Rigor & Planeamento = Eficiência

SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

Quatro componentes para construir uma casa sólida

F – Formação
Níveis diferenciados & Grupos específicos

E – Equipamento
Uniformização & Manutenção centralizada

P – Pessoas
Formar & Treinar & Executar

O – Organização
Rigor & Planeamento = Eficiência

OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

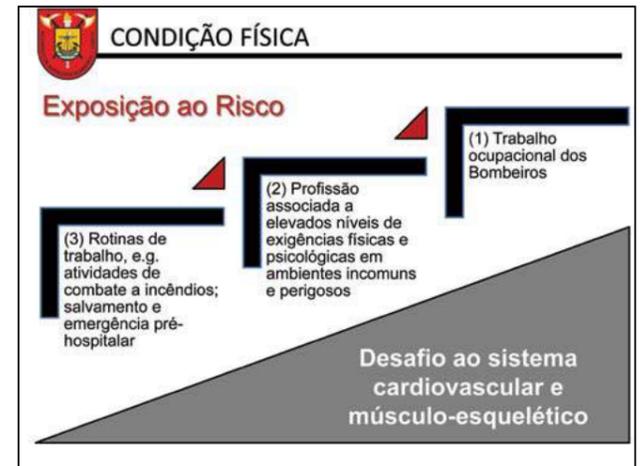
MASSIFICAÇÃO DA ROTINA (1ª LINHA)

Formar (Saber) – Treinar (Saber Fazer) – Executar (Fazer Fazer)

Exemplo:
SBV DAE nos veículos de socorro
EPH serviço de ambulância;
Níveis de serviço superior ao socorro

ESPECIALIZAÇÃO NO DESASTRE (2ª LINHA)

Níveis de especialização em diferentes subunidades
Não criação de corpos autónomos, aposta numa especialização



CONDIÇÃO FÍSICA

Incidências cardiovasculares

- Mais alta incidência de doenças cardíacas
- Mais alto índice de morte prematura que outros indivíduos com profissões de alto risco

Desafios colocados ao sistema músculo-esquelético

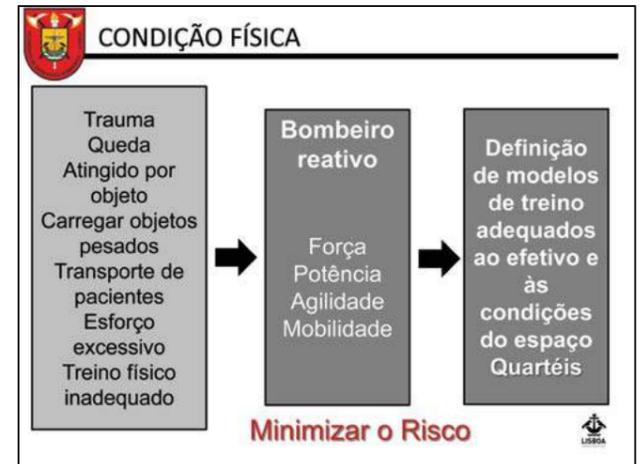
- Operações de combate a incêndios - superfícies escorregadias e/ou instáveis
- Limitações de espaço
- Visibilidade limitada

Ambientes de trabalho potencialmente perigosos

Associados

- Trauma
- Queda
- Atingido por objeto
- Carregar objetos pesados
- Transporte de paciente
- Esforço excessivo
- Treino físico inadequado

Exposição ao Risco



CONDIÇÃO FÍSICA

- Admissão de novos recruta
Higiene e Segurança no Trabalho
- Parceria com a Faculdade de Motricidade Humana
Implementação de um modelo de avaliação regular da condição física e movimento funcional da recruta a ingressar
- Definição e implementação de modelos de treino adequado à realidade do bombeiro sapador e às características do espaço
Acompanhamento por equipa técnica com competências e experiência comprovada

Trabalhar o Risco para o futuro

Técnico

Perfil

Fernando Curto é Chefe de 1ª Classe no RSB. É presidente da ANBP e vice-presidente do SNBP. É representante pela ANBP na Comissão Nacional de Proteção Civil e Conselho Nacional de Bombeiros. É membro da Comissão Municipal de Proteção Civil de Oeiras. Foi Comandante da 1ª Companhia do RSB de 2013 a 2015. É atualmente diretor da Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. É licenciado em Proteção Civil. Tem várias pós-graduações na área. É Mestre em Segurança Internacional em Proteção Civil pela Universidade Europeia de Madrid. É Doutorando em Economia e Empresas - ramo Proteção Civil e Bombeiros em Portugal pela Universidade Europeia de Madrid.



Formação de excelência na Escola do RSB

O diretor da Escola do RSB de Lisboa, Fernando Curto, participou no 1º Encontro de Bombeiros Profissionais Sapadores e Municipais, realizado no dia 25 de maio, pelo Regimento de Sapadores Bombeiros onde apresentou a história e a estrutura. A Alto Risco reproduz na íntegra essa apresentação.

Caracterização da instituição - RSB

Missão

O Regimento de Sapadores Bombeiros é responsável pela garantia da segurança de pessoas e bens na cidade de Lisboa, através de ações de socorro e prevenção, e colabora em ações de proteção civil, no âmbito das funções específicas que lhe forem atribuídas.

Estatuto

O RSB é um corpo de bombeiros profissionais que tem o estatuto de corpo especial de funcionários especializados de proteção civil, integrados no quadro da Câmara Municipal de Lisboa.

Orgânica

O RSB é equiparado a direção municipal e depende do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Caracterização da Escola RSB

História

A ERSB foi inaugurada em Setembro de 1994, com o primeiro objetivo de substituir a Companhia de Instrução que existia anteriormente, com a finalidade de formar quadros próprios. O segundo objetivo da ERSB, através do Vereador Vasco Franco e do Comandante João Veiga, já na altura era a **formação de todos os bombeiros profissionais portugueses.**

Missão

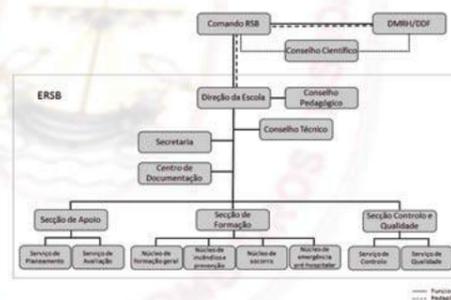
A ERSB tem por missão formar bombeiros sapadores do RSB, do BSB e CBS; bombeiros municipais; bombeiros voluntários e privados; técnicos de proteção civil e entidades públicas e privadas.

Orgânica

A ERSB é equiparada a uma companhia e dirigida por um Diretor que depende diretamente do Comandante do RSB.

Caracterização da Escola RSB

Organograma



Caracterização da Escola RSB

Recursos Humanos

Diretor – Chefe de 1ª Classe;
 Vice-Diretor – Chefe de 2ª Classe;
 Chefes de Secção/Serviços, Recruta – Subchefe Principal;
 Instrutores/Formadores – Subchefe 1ª e 2ª Classe e Sapador Bombeiro
 Técnicos Superiores/Formadores – Técnicos CML

- | | |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 – Chefe de 1ª Classe | } 14 Instrutores/Formadores Internos + 6 Téc. Superiores 13 Instrutores/Formadores Externos |
| 1 – Chefe de 2ª Classe | |
| 5 – Subchefe Principal | |
| 14 – Subchefe 1ª Classe | |
| 9 – Subchefe 2ª Classe | |
| 1 – Sapador Bombeiro | |
| 6 – Técnicos Superiores | |

As recrusas de bombeiros profissionais de outras câmaras municipais devem ser acompanhadas por graduados/instrutores dos respetivos corpos de bombeiros, por forma a complementar o corpo de formadores da ERSB, dando continuidade formativa nesses corpos.

Caracterização da Escola RSB

Recursos Físicos

- Edifício Escola para a formação teórica, composto por Secretaria e 6 salas de aulas e auditório (3 salas de formação geral, 1 de formação de TAT/TAS/DAE, 1 de formação para química do fogo e agentes extintores, 1 de formação para informática);
- Edifício "esqueleto" para a formação prática ou de prática simulada;
- Parque de treinos para **desencarceramento**;
- Galeria de treinos para **espaços confinados**;
- Parque de treinos para **combate a incêndios interiores e flashover**;
- Ginásio equipado para a prática de ginástica e outros desportos;
- Camarata para bombeiros-recrutas RSB e de outros corpos de bombeiros.

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

A formação ministrada na ERSB a entidades externas depende sempre de protocolos ou acordos bilaterais.

Neste momento a ERSB tem **PROTOSCOLOS/ACORDOS** com:

- Câmaras Municipais com corpos de bombeiros profissionais;
- Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores;
- Câmara Municipal da Praia (Cabo Verde).

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

A formação ministrada é de reconhecida excelência, especialmente demonstrada pelos bombeiros do RSB.

É reconhecida pelas câmaras municipais que enviam os seus bombeiros sapadores e municipais à ERSB, pelas AHBV's que enviam os seus bombeiros voluntários, e por todas as empresas que enviam a esta ERSB os seus colaboradores para aqui serem formados.

A formação ministrada pela ERSB é reconhecida pedagogicamente, pela sua superior qualidade pela Escola Nacional de Bombeiros, bem como pelo Instituto Nacional de Emergência Médica e por outras forças de segurança.

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

Cursos Ingresso e Promoção para Bombeiro

Curso de Ingresso na Carreira de Bombeiro Sapador
Curso de Ingresso na Carreira de Bombeiro Municipal
 910 horas + 6 meses de estágio

Curso de Aperfeiçoamento e Reciclagem – 120h;

Curso de Promoção na Carreira de Bombeiro Sapador
Curso de Promoção na Carreira de Bombeiro Municipal
 Chefe Principal (280 horas)
 Chefe de 1ª Classe (315 horas)
 Chefe de 2ª Classe (315 horas)
 Subchefe Principal (315 horas)
 Subchefe de 1ª Classe (210 horas)
 Subchefe de 2ª Classe (140 horas)

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

Cursos Técnicos e de Especialização / Área de Proteção e Socorro:

Busca e Resgate Estruturas Colapsadas nível 1 (52 h) nível 2 (35 h) nível 3 (26 h)
 Flashover (24 horas);
 Matérias perigosas nível 1 (35 horas)
 Matérias perigosas nível 2 (70 horas)
 Escoramentos nível 1 (24 horas)
 Escoramentos nível 2 (40 horas)

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

Cursos Técnicos e de Especialização / Área de Proteção e Socorro:

Técnicas de Salvamento em Edifícios nível 1 (24 h) nível 2 (70 h) nível 3 (35 h)
 Desencarceramento (50 horas)
 Condução
 Técnicas de resgate em espaços confinados nível 1 (24 h) nível 2 (40 horas)
 Formação em Manutenção e Conservação de ARICAS (14 h)



VULCANO JUNTA CLIENTES NO CONVENTO DO BEATO PARA CELEBRAR OS 40 ANOS



Somos uma marca fundada em Portugal e trabalhamos diariamente para garantir mais conforto, poupança e inovação, motivos que nos levam a ser a primeira escolha dos portugueses, e é com prazer que nos apresentamos num evento tão animado junto de todos aqueles que cresceram connosco e que nos têm dado o seu voto de confiança.”

Fundada em 1977, a Vulcano iniciou a sua atividade dedicando-se ao fabrico e comercialização de esquentadores a gás em Portugal, tendo alcançado rapidamente a liderança no mercado nacional. Desde a criação de um Centro de Investigação e

Desenvolvimento em 1993, passando pelo lançamento do primeiro esquentador inteligente em 1994 que marcou uma nova tendência de conforto, e mais recentemente, o lançamento do primeiro esquentador termostático compacto com frente em vidro negro, painel touch e o único com tecnologia de conectividade – uma aplicação que possibilita o seu controlo remoto através de um smartphone ou tablet, marcos que fazem a Vulcano ter ao alcance dos seus consumidores uma vasta e variada gama de produtos inigualáveis.

A constante aposta na inovação e tendências do mercado, refletiu-se também na entrada da marca em novas áreas de negócio, como as caldeiras murais, as soluções solares, a climatização bem como as bombas de calor para A.Q.S. atualmente produzidas, na sua fábrica, em Aveiro.

Sobre a Vulcano

A Vulcano, que celebra 40 anos em 2017, é responsável pelo desenvolvimento, fabrico e comercialização de uma completa e variada gama de produtos: Esquentadores e Termoacumuladores, Caldeiras e Aquecimento Central, Bombas de Calor e Solar, que oferecem a melhor solução de água quente para consumo sanitário e para aquecimento central. Todas estas inovações são referências de mercado, cada uma no seu tempo mas com uma característica comum: a confiança depositada pelo mercado, confiança essa que se traduz nos resultados obtidos - a liderança no mercado de Esquentadores, Caldeiras, e Painéis Solares Térmicos. Para os anos vindouros, a Vulcano continua a apostar nestes negócios, fazendo jus à sua imagem de marca “Vulcano - Soluções de Água Quente “.

Contacto para informações gerais:

info.vulcano@pt.bosch.com

Contacto para imprensa:

Vulcano

Nadi Batalha / Tel.: 21 850 0340 / E-mail: nadi.batalha@pt.bosch.com

Lisboa, 05 de junho de 2017 – A Vulcano, marca portuguesa líder em Soluções de Água Quente e Solar Térmico, celebra este ano 40 anos. A Marca Portuguesa juntou no Sábado dia 3 de junho mais de 700 clientes no Convento do Beato sob o mote “Uma paixão que nos une” para assinalar a data.

Neste local histórico, a Vulcano juntou os parceiros que têm acompanhado o seu percurso para uma noite animada e de onde saiu reforçada a proximidade da marca com os mesmos. O evento, onde foram apresentados momentos únicos da história da marca Vulcano bem como o que os parceiros podem esperar da marca no futuro. Durante o evento, a Vulcano aproveitou para apresentar a renovação da imagem da marca, agora, mais funcional e centrada nas pessoas, no conforto, segurança, proximidade e bem-estar que os seus produtos e serviços oferecem. Foi uma noite repleta de emoções e animação, com violinistas, bailarinos aéreos, percussionistas e que culminou no espetáculo do Aldo Lima e uma visão muito particular das últimas quatro décadas.

A Vulcano é hoje a maior referência no mercado de água quente. A posição da marca tem sido conquistada por uma sucessão de apostas certas desde o início da sua atividade, pela aposta em investigação e desenvolvimento levando a uma evolução permanente dos seus produtos e serviços, Exemplo disso, são a eleição da Vulcano como Marca de Confiança, os prémios produto inovação, bem como o prémio Green Project Awards, indicadores reais do reconhecimento dos Portugueses. Podemos hoje afirmar que a Vulcano nos seus 40 anos de sucesso conquistou um lugar no coração dos portugueses. Como afirma Nadi Batalha, Coordenadora de Marketing da Vulcano: “juntar todas estas pessoas num evento é algo que nos diz muito e prova a importância da Vulcano no percurso dos nossos parceiros. Isto é o resultado de 40 anos de parcerias que nos fazem estar onde estamos hoje e é bom partilhar com aqueles que cresceram ao nosso lado.



Caracterização da Escola RSB

| ANO | TOTAL HORAS ANUAL | TOTAL FORMANDOS |
|------|-------------------|-----------------|
| 1994 | 8154 | 930 |
| 1995 | 4056 | 1089 |
| 1996 | 2178 | 1279 |
| 1997 | 5743 | 526 |
| 1998 | 2504 | 974 |
| 1999 | 2213 | 863 |
| 2000 | 1356 | 644 |
| 2001 | 4752 | 514 |
| 2002 | 2276 | 1362 |
| 2003 | 3283 | 1158 |
| 2004 | 1429 | 1321 |
| 2005 | 2318 | 1347 |
| 2006 | 3358 | 1313 |
| 2007 | 2216 | 2472 |
| 2008 | 901 | 2015 |
| 2009 | 2740 | 1738 |
| 2010 | 2257 | 2160 |
| 2011 | 2126 | 992 |
| 2012 | 2326 | 1565 |
| 2013 | 1907 | 950 |
| 2014 | 1287 | 2156 |
| 2015 | 2114 | 4078 |

Formação ministrada na ERSB

Publicações da Escola RSB

- Técnicas de Salvamento em Edifícios
- Manual de Flashover
- Manual Técnicas de Escoramentos
- Manual de Manobras
- Manual de Ordem Unida
- Manual de Desencarceramento
- Manual de Espumas
- Manual de Motosserra
- Manual de mangueiras



Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

Cursos Técnicos e de Especialização / Área de Emergência Médica:

- Tripulante de Ambulância de Transporte (50 horas)
- Tripulante de Ambulância de Socorro (210 horas)
- Tripulante de Ambulância de Transporte reciclagem (35 horas)
- Tripulante de Ambulância de Socorro reciclagem (35 horas)
- Suporte básico de Vida com Desfibrilhador (6 horas)

Cursos para trabalhadores do SMPC

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada pela ERSB

Cursos para pessoal “não-bombeiro”:

- Meios de 1ª Intervenção (4 horas)
- Meios de 2ª Intervenção (14 horas)
- Fire Drill para tripulantes de cabine (7 horas)
- SBV-DAE para a CM Lisboa, Polícia Municipal de Lisboa, Proteção Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia de Lisboa

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada na ERSB

BOMBEIROS

- Bombeiros Sapadores – Braga, Porto, Gaia, Coimbra, Setúbal, Faro e Funchal;
- Bombeiros Municipais – V. Castelo, F. Foz, Viseu, Leiria, Tomar, Santarém, Cartaxo, Oihão, Loulé e Tavira.
- Força Especial de Bombeiros (FEB)
- Bombeiros Voluntários da Cidade de Lisboa, Sul e Sueste e Albufeira
- Bombeiros de Sepei – Olivença (Espanha)
- Bombeiros do Estado de Paraíba (Brasil)

FORÇAS POLICIAIS E MILITARES

- Forças de Segurança – FAP, I. Geog. Exército, R. Eng.ª nº1, Esc. Prática Tancos, Marinha, ELA, Polícia Marítima, PJ Militar, GNR, GNR – GIPS, PSP, PSP – CI, PJ, Guarda Prisional.

Caracterização da Escola RSB

Formação ministrada na ERSB

OUTRAS ENTIDADES

- ENB, CVP, INEM, SRPC Açores;
- Petrolgal, CEPSA, EPAL, ANTRAM, REFER, Certitecna, OMNI, IPO;
- SCM Lisboa, IS Social, Infarmed, CGD, Air Luxor, AP Seguros; Hotel Altis/Ritz
- Escolas C+S Lisboa, Colégios privados, ISEC, IADE;
- CML, GEBALIS, EGEAC;





SOS PET: uma ambulância para os nossos amigos de quatro patas

Por Alexandra Martins Silva

A nova Lei dos Animais (Lei nº8/2017) entrou em vigor dia 1 de maio, reconhecendo “a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade.” Já nessa altura, a Câmara Municipal de Oeiras planeava, juntamente com os Bombeiros Voluntários do Dafundo, a criação de um serviço de 24 horas de ambulância para transportar animais em situação de emergência. Assim, dia 6 de maio, nasceu o SOS PET.

Um mês depois da sua entrada ao serviço, a Alto Risco foi ao quartel dos Bombeiros Voluntários do Dafundo conhecer os profissionais que, todos os dias, estão prontos para socorrer os animais de estimação dos municípios do concelho de Oeiras.

“Isto foi uma ideia que surgiu no seio dos bombeiros do Dafundo, fomos falando e percebemos que fazia todo o sentido termos um serviço com este. Hoje, principalmente para aquela população mais envelhecida, que é uma população que tem dificuldade em transportar os seus animais, principalmente quando são animais de grande porte, seja para os levar ao veterinário, seja para os levar a qualquer outro serviço, que muitas vezes não conseguem, ou porque não têm viatura própria, ou porque não os conseguem colocar dentro dessa viatura. Este serviço faz todo o sentido, tanto mais que já tem um número considerável de chamadas de serviços personalizados”, explicou Paulo Vistas, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, que frisou que “O município de Oeiras está de parabéns porque foi o primeiro município a ter uma ambulância para animais. [...] Portanto acho que acrescentamos de forma positiva mais um serviço direcionado à população de Oeiras e aos nossos animais.”

O comandante dos Bombeiros do Dafundo, Carlos Jaime, fez questão de salientar que “Quem abandona o animal devia arrepender-se muitas vezes. Não consigo entender como alguém abandona o seu animal.” O comandante explicou que este serviço, somente para o concelho de Oeiras, tem duas pessoas



A ambulância do SOS PET dos Bombeiros Voluntários do Dafundo também esteve em exposição dos meios de proteção civil de Oeiras, que teve lugar no Parque Desportivo Nacional do Jamor, no Dia Mundial da Criança, 1 de junho. Sobre este projeto, a vereadora de proteção civil da Câmara de Oeiras, Eduarda Matos Godinho, salientou que “uma vez que já temos uma lei que os [os animais] protege, e ainda bem que isso acontece, fazia todo o sentido, nós que somos um concelho que faz várias feiras do animal, termos um veículo equipado para o socorro do animal.”



disponíveis diariamente e que serve para “fazer a interligação entre a Câmara, os bombeiros e o canil”. Carlos Jaime adiantou que a Câmara suportou todas as despesas com a viatura e com o equipamento e que “o serviço gratuito, até agora, vai passar a custar 7,50€ a partir de 1 de julho, mas será gratuito para pessoas com necessidades”.

Onze elementos dos Bombeiros do Dafundo participaram no curso “Primeiros Socorros em Animais de Companhia”, no Instituto Monitor de Alcântara, com um certificado internacional na área de especialização veterinária. Depois desta formação de 12 horas, os bombeiros ficaram prontos para operar a viatura equipada especialmente para transportar e socorrer animais de estimação. Vânia Mendes, uma das bombeiras do Dafundo que faz parte da equipa do SOS PET, falou com a Alto Risco e explicou as valências que o curso lhes ensinou, “aprendemos a controlar hemorragias, a controlar hipotermia e hipertermia, porque estamos a chegar ao verão e nesta altura as pessoas têm o hábito de deixar os animais dentro dos veículos e dizem ‘vou só ali à loja, é só um minutinho’ e o animal fica ali com os vidros pouco abertos. Aprendemos a verificar fraturas, atropelamentos e não só, quando um animal está em dificuldade respiratória, a fazer suporte básico de vida a um cão e a um gato, porque o curso baseou-se mais nos caninos e nos felinos. Neste curso abordámos muito superficialmente outros animais, o curso foi baseado

naquele animal de estimação que a maior parte das pessoas tem nas suas casas, os cães e os gatos.”

Vânia Mendes acrescentou que, no seu primeiro mês, o SOS PET realizou 15 serviços, tais como “uma queda de um gato de um quinto andar, fomos chamados para diversos gatinhos que estavam presos nos motores dos carros, um suposto atropelamento, porque ninguém viu, mas o gato dava indícios de que tinha sido atropelado, um cão espancado por um dono e outras situações onde efetuamos o transporte do seu animal com o seu dono para o veterinário.”

Em relação à experiência do SOS PET, Vânia Mendes disse estar “muito gratificada por estar a prestar este serviço. Nós nos bombeiros sempre fizemos salvamento de animais, mas, com este serviço, acabamos por chegar mais junto das pessoas que têm animais, que gostam de animais, tal como nós, somos um corpo de bombeiros que adora animais. Sempre recolhemos animais, tratamos deles, arranjamos donos, somos um corpo de bombeiros mesmo amigo dos animais. Sinto-me muito gratificada por estar a prestar este serviço [...] e na, generalidade, os meus colegas também se sentem recompensados por prestar este serviço.”

O serviço SOS PET está disponível 24 horas por dia, através da linha de emergência dos Bombeiros Voluntários do Dafundo (tel. 21 419 60 84).



RAPID

O Rapid é o primeiro carro da série ŠKODA a caracterizar completamente a linguagem de design recentemente formulada da marca. O corpo com dimensões exteriores compactas (4,48 metros de comprimento, 1,7 metros de largura) tem proporções perfeitas, superfícies modeladas de forma clara e limpa e linhas bem desenhadas. Inside Rapid impressiona com uma quantidade surpreendente de espaço. Cinco motores a gasolina e dois motores a diesel são oferecidos como powerplants.



“Riscos e Educação” em análise em Coimbra

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra recebeu o IV Congresso Internacional de Riscos nos dias 23, 24 e 25 de maio. Sob o tema “Riscos e Educação”, ao longo de três dias foram feitas dezenas de intervenções no âmbito da comunidade académica.

O objetivo, de acordo com a organização, foi promover “a educação para o risco de forma a prevenir as consequências e minimizar os danos produzidos pela sua manifestação”.

Nestas sessões participaram especialistas, teóricos, professores e estudantes de várias nacionalidades, com especial expressão das comunidades ibero-americana e comunidade de países de língua portuguesa.

As intervenções no Congresso organizaram-se em cinco painéis: educação para a redução do risco, consciência do risco, percepção do perigo e cultura de segurança; teoria do risco: metodologia, conceptualização e epistemologia; análise e gestão de riscos: processos potencialmente perigosos (naturais e antrópicos) e vulnerabilidades; previsão, prevenção e mitigação das consequências de catástrofes; estudos de caso de risco e de plenas manifestações (acidentes graves e catástrofes) de riscos naturais, antrópicos (tecnológicos e sociais) e mistos (ambientais).

A sessão de abertura contou com presença da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, representada pelo dirigente nacional Carlos Ferreira.

Pronto para intervir de forma rápida, com precisão, sem quaisquer complicações.



É também desta forma que actuamos!

Diga-nos qual é a sua “emergência”...

Sistemas de Gestão
 Qualidade • Ambiente • Segurança Alimentar
 Investigação Desenvolvimento Inovação (IDI) • Serviços em Tecnologias de Informação • EMAS ON DPC (marcação CE)

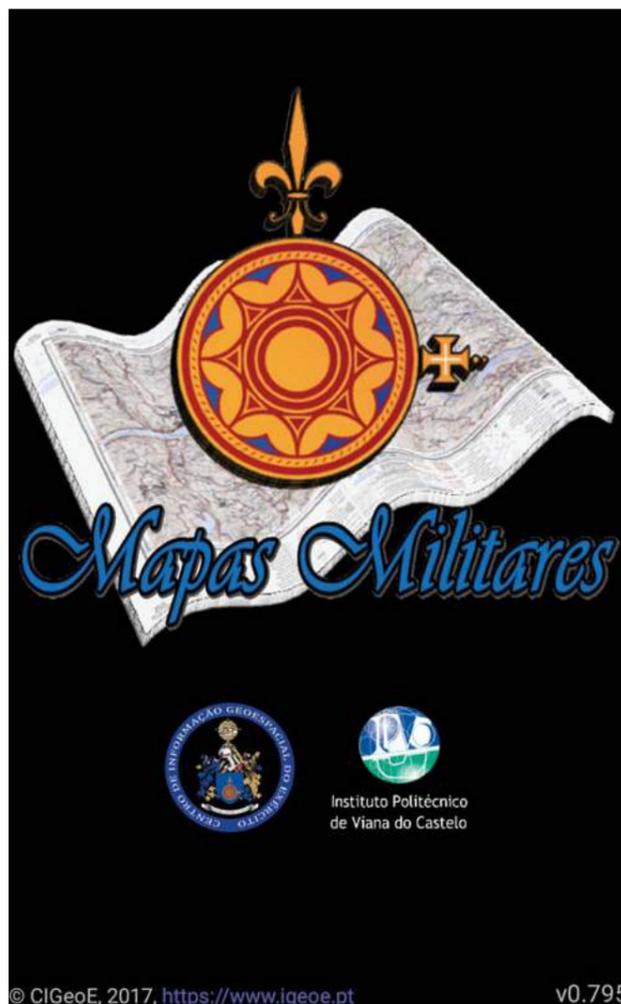
Produtos e Serviços
 ...e comprove a nossa eficácia na **Certificação!**

IPAC acreditação
 C0002
 Certificação
 Produtos

Manutenção de Extintores

eic
 empresa
 internacional
 de certificação

Tel: 214 220 640 Fax: 214 220 649 Email: geral@eic.pt **www.eic.pt**



Nova aplicação não precisa de internet para a deslocação no terreno

Por Alexandra Martins Silva

Foi apresentada no dia 23 de junho, a aplicação App Mapas Militares que permite o acesso a mapas militares em modo offline, facilitando a movimentação no terreno das forças militares e de proteção civil, permitindo a quem está no terreno possa ver o mesmo de quem está no posto de comando. Uma parceria entre o Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) e o Departamento de Informática da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG-IPVC), esta aplicação vem complementar sistemas de navegação que já existem. A Alto Risco entrevistou o Tenente-Coronel Rui Dias, que falou da origem desta aplicação e como é o seu funcionamento.

tamento de Conceção e Desenvolvimento do CIGeoE e o Departamento de Informática da ESTG-IPVC, em que os responsáveis por cada um dos Departamentos coordenam as equipas de projeto nas respetivas instituições.

Qual o objetivo desta aplicação?

O objetivo da App é a disponibilização de uma ferramenta de navegação, com base na Carta Militar, Escala 1/25 000, em modo offline, para todo o território nacional (Continente, Madeira e Açores), permitindo efetuar o acompanhamento das equipas que estão no terreno, num Centro de Operações.

Como funciona?

Após a instalação da App “Mapas Militares”, a partir do Google Play, é efetuado o download da Carta 1/500 000, do CIGeoE, de todo o Território Nacional, para o dispositivo móvel. A Carta Militar 1/25 000, pode ser descarregada a partir do cartograma existente na App, em que o utilizador define qual a folha que pretende descarregar (a Carta Militar 1/25 000 está dividida e organizada em, quase, 700 folhas, onde cada uma representa uma

área de 16x10km). Toda a cartografia é cifrada previamente, especificamente para o dispositivo e utilizador, de forma a garantir a segurança da informação. A única restrição técnica ao número de folhas no dispositivo está relacionada com a capacidade de armazenamento deste. A App “Mapas Militares” dispõe de várias funcionalidades, desde a partilha das coordenadas, quer da posição do utilizador, quer de um ponto referenciado no terreno, com recurso a qualquer App disponível no dispositivo para o efeito, até ao módulo de navegação, que permite realizar qualquer movimento planeado antecipadamente, com base na Carta Militar, com a opção de gravação do deslocamento efetuado.

Da solução consta ainda um módulo para acompanhamento das equipas que estão no terreno, no Centro de Operações, em que a posição do utilizador é cifrada antes de ser enviada, para o servidor, com recurso a comunicações móveis.

Em que medida é que esta aplicação vai ajudar os agentes de proteção civil e militares? Em que tipo de operações é que pode ser usada?

Na mesma medida que ajuda quem necessita de executar qualquer atividade sobre o terreno, fornecendo uma representação do terreno, com o detalhe e rigor da Carta Militar, associada a um conjunto de funcionalidades, que lhe permite saber de onde vem, onde está, e depois de saber para onde vai, a App “Mapas Militares” contribui no “por onde”.

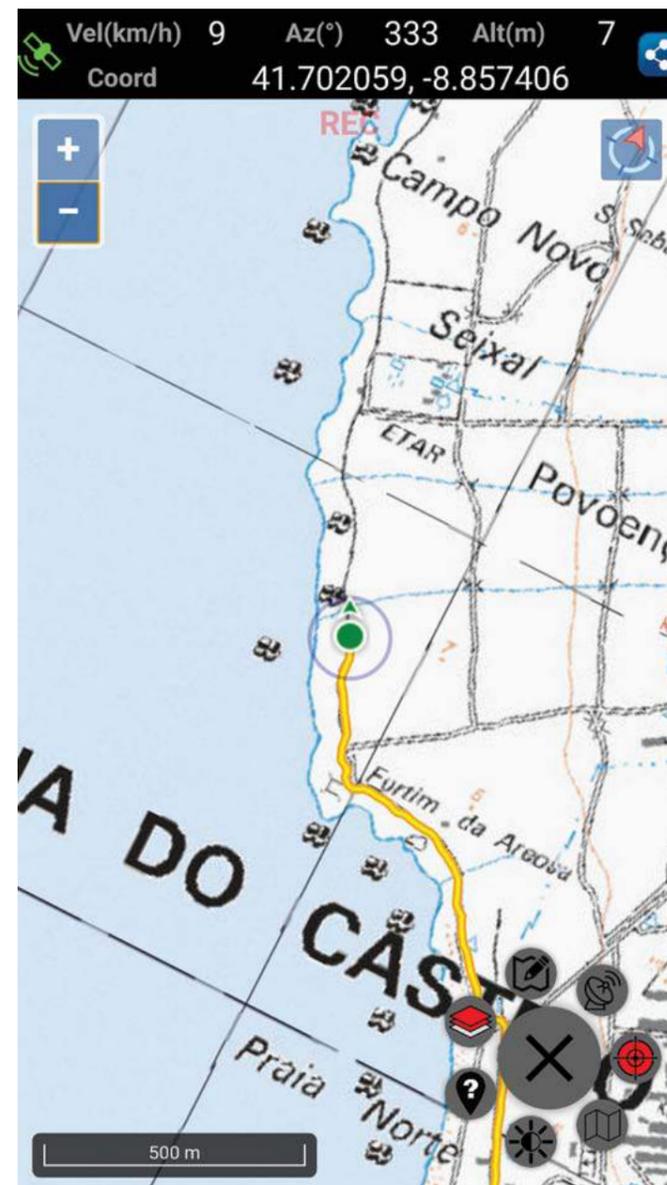
A Carta Militar, pela sua natureza, detalhe e rigor, é fundamental para qualquer atividade humana que se desenvolva sobre a superfície terrestre, em Portugal, em qualquer uma das fases dessa atividade, desde o planeamento, à execução e análise de resultados.

O CIGeoE, neste caso, em parceria com a ESTG-IPVC, ao disponibilizar a Carta Militar em dispositivos móveis, potencia e flexibiliza a utilização da Carta Militar, numa representação uniforme de todo o território nacional.

De que forma é que esta aplicação se distingue de um GPS normal?

A “App” Mapas Militares distingue-se de um GPS “normal” em tudo, pois um GPS dito “normal” limita-se a calcular a posição do recetor GPS, unicamente com base na constelação de satélites GPS (Global Navigation System), sobre a superfície terrestre, tendo como resultado as coordenadas (Latitude, Longitude e Altitude Elipsoidal), referidas ao sistema de referência WGS84. Existe também, um conjunto quase infinito de App, que permitem visualizar a posição do utilizador, sobre alguns elementos do terreno, em formato vetorial, geralmente apenas rede viária e alguns pontos de interesse, com mais ou menos detalhe, mas com grandes áreas/zonas sem qualquer tipo de informação sobre o local. Normalmente, disponibilizam múltiplas ferramentas de navegação, muito eficazes quando se opera apenas sobre a rede viária.

A App “Cartas Militares” permite visualizar a posição do dispositivo móvel, determinada a partir de todos os sistemas de localização disponíveis no dispositivo móvel, sobre a Carta Militar, 1/25 000, em formato raster, em modo offline. A Carta Militar 1/25 000, que quase dispensa apresentações, é a carta base de Portugal, representa o território de forma contínua em todas as suas componentes, terreno, hidrografia, construções, rede viária,



vegetação, pontos de referência e toponímia, disponibilizando algumas ferramentas de navegação e referênciação.

No entanto, a mais-valia desta aplicação, é a sua integração numa estrutura de comando e controlo que utilize, também, a Carta Militar nos seus Postos de Comando, garantindo a mesma representação do território nos Postos de Comando e a quem está no terreno. No caso do Regimento Militar de Emergência, toda a Cartografia Militar é disponibilizada como serviço WMS (Web Map Service), libertando o utilizador de várias preocupações, como manter a cartografia atualizada, qual a versão mais recente, etc, permitindo planejar, executar e efetuar a análise de resultados, sobre a mesma representação do terreno.

Quando vai estar operacional? Quem é que vai ter acesso?

Pretende-se que a App “Mapas Militares” seja disponibilizada aos elementos do Exército, com responsabilidades no Apoio Militar de Emergência, durante o mês de julho:

¹ Global Navigation Satellite System (GNSS), antenas de telemóvel, redes WI-FI

² Carta de maior escala que representa o país com a mesma Legenda, mesmas regras de aquisição e de representação, mesmo layout de impressão.

Como surgiu este projeto e quem faz parte da sua estrutura?

Este projeto surgiu naturalmente, no seguimento da participação, de forma continuada, ao longo de vários anos, do então Instituto Geográfico do Exército, antecessor do Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE), nos Open Days da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG-IPVC).

Esta participação, de forma continuada, permitiu o conhecimento mútuo das competências de cada uma das instituições, identificando pontos de convergência que, se trabalhados em conjunto, contribuiriam para a valorização das capacidades/recursos, quer do CIGeoE, quer do IPVC, em que o valor do conjunto é superior ao valor da soma das partes.

No decorrer dos trabalhos, a App Mapas Militares foi ajustada para apoiar o recém criado Regimento de Apoio Militar de Emergência.

Da estrutura da App “Mapas Militares” fazem parte o Depar-



Fumo dos fogos florestais pode afetar o clima

Por Alexandra Martins Silva

Um estudo do Instituto de Tecnologia da Geórgia em parceria com a NASA, publicado a 22 de maio, revela que o fumo dos fogos florestais tem um impacto na atmosfera e no clima muito maior do que já era conhecido. Este impacto pode alterar a duração das estações dos fogos florestais e mesmo contribuir para o aumento do aquecimento global.

O estudo, que foi publicado na revista Nature Geoscience, explica que as partículas de carbono castanho que são libertadas da queima de árvores e outras matérias orgânicas alcançam altitudes muito mais elevadas da atmosfera, ao contrário do que se pensava. Tal como as partículas de carbono negro libertado pela queima de combustíveis fósseis e de biomassa, quando essas partículas chegam a esses níveis da atmosfera, elas conse-

guem interferir com os raios do sol, absorvendo ou espalhando-os, podendo arrefecer ou aquecer o ar.

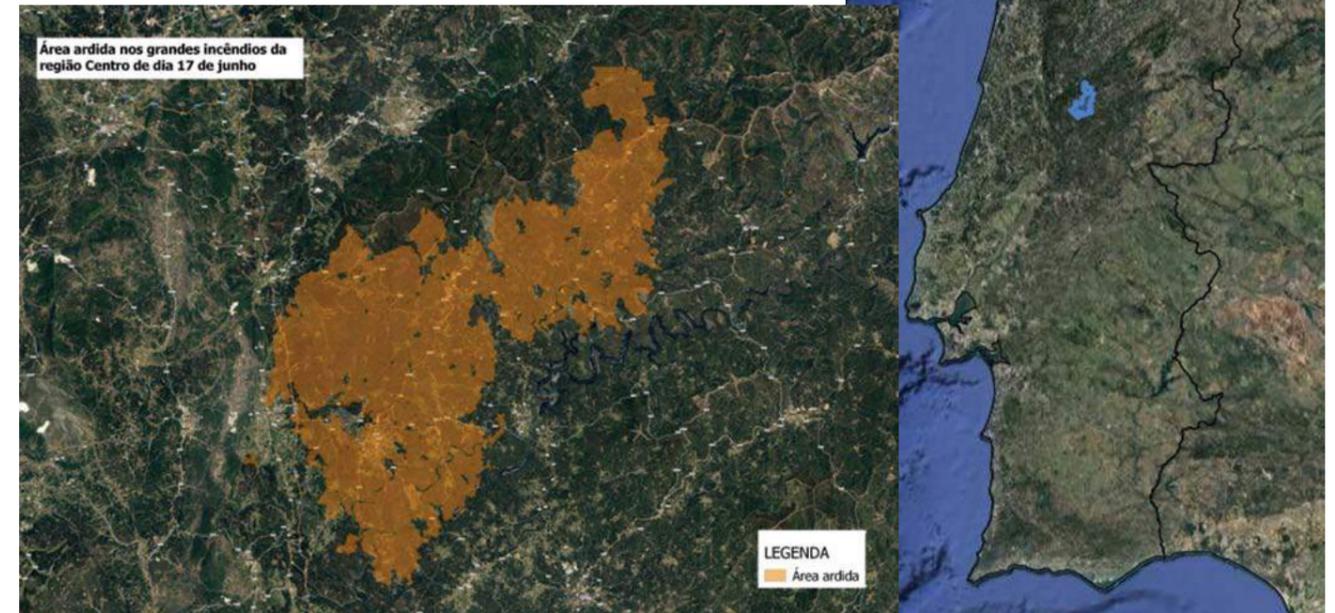
Num artigo publicado na página da NASA, no dia 12 de junho, o professor Rodney Weber da Georgia Tech's School of Earth & Atmospheric Sciences, explica que "a maior parte do carbono castanho libertado no ar fica na baixa atmosfera, mas descobrimos que uma fração sobe para a atmosfera superior, onde tem um efeito desproporcionalmente grande no equilíbrio da radiação planetária".

Os investigadores do Instituto

de Tecnologia da Geórgia analisaram amostras recolhidas em missões da NASA, que acusaram níveis de carbono castanho na troposfera superior muito mais elevados aos níveis do carbono negro, provocando um impacto muito mais substancial no clima.

No artigo já referido da NASA, é indicado que uma análise, de 2015, de 35 anos de dados meteorológicos confirma que as estações dos fogos florestais têm vindo a aumentar nos Estados Unidos, uma tendência que vai continuar durante as próximas três a cinco décadas. Nessa mesma análise, é referido que o aumento dos fogos florestais de grandes dimensões produtores de partículas de carbono pode ser visto como um sintoma do aquecimento global. Ou seja, um aumento do aquecimento global significa mais fogos florestais.

Analisando num caso mais específico e mais recente, a intensa onda de calor que se fez sentir na Península



Ibérica até meados de junho, provocou temperaturas elevadas (acima dos 40 graus Celsius). O incêndio em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, que vitimou 64 pessoas e feriu mais de 200 e cujas causas ainda estão por apurar, potenciado por essas temperaturas. A baixa humidade no ar e o solo muito seco dificultaram o combate às chamas que se espalharam a outras zonas, provocando outros quatro incêndios (Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Pene-la e Góis).

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) publicou, no dia 22 de junho o "Relatório Extraordinário Provisório de Incêndios Florestais 2017", que inclui os cinco incêndios, que deflagraram no fim-de-semana de 17 e 18 de junho. Segundo imagens do satélite MODIS recolhidas, dia 22 de junho, pelo Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais do Centro de Investigação Comum da Comissão Europeia (EFFIS-JRC/CE), contabiliza-se que a área ardida conjunta destes cinco incêndios chega a 45039 hectares.

É preciso ter em conta que este incêndio, de proporções nunca antes vistas na história do país, começou antes do período crítico, a fase Charlie (1 de julho-30 de setembro), o que pode ser um indício de que o aumento



Arizona, EUA 22-06-2017



Califórnia, EUA 16-09-2014



Portugal 18-06-2017



Utah, EUA 22-06-2017

da estação de incêndios não seja exclusiva dos Estados Unidos.

Sendo Portugal um país que todos os anos é fustigado pelos incêndios florestais, quer estes sejam provocados por mão criminosa ou causas naturais, é impossível não se ficar preocupado com o aumento progressivo do aquecimento

global, indicado como uma causa para a propagação de cada vez mais fogos florestais e de maiores dimensões.

Fontes:
ICNF - <http://www.icnf.pt/portal>
EFFIS-JRC/CE - <http://effis.jrc.ec.europa.eu/>
NASA - <https://www.nasa.gov/feature/langley/smoke-from-wildfires-can-have-lasting-climate-impact/> / <https://climate.nasa.gov/news/2315/study-fire-seasons-getting-longer-more-frequent/>



Perfil

Urbano Ferreira Rebelo
Natural e residente no lugar de Troviscal, Castanheira de Pera, 65 anos. Reformado. Trabalhou mais de 40 anos na indústria de lanifícios, onde desempenhou diversos cargos de chefia nas secções de fiação, tecelagem e nas oficinas gerais de manutenção. Foi também formador profissional (IEFP) na área da metalomecânica (2000-2012).



Perfil

Manuel António Cepas Rebelo
Natural de Castanheira de Pera, 40 anos. É formado em Antropologia pela Universidade de Coimbra. Trabalha, desde 2008, na actividade prestamista (penhores) do Crédito Económico Popular - Banco Invest S.A. É ainda colaborador ocasional no jornal O Ribeira de Pera.

Pedrógão Grande 64 mortos

Mais de 200 feridos
53 mil hectares de área ardida
500 habitações afetadas
372 postos de trabalho perdidos



Manuel Rebelo viveu de perto a tragédia de Pedrógão Grande e quis tornar público o que vivenciou enviando para as edições Alto Risco o seu testemunho — “ Fecho os olhos e vejo lume. Deito-me e acordo repetidas vezes durante a noite, sobressaltado e com um pesado cansaço de não ter conseguido dormir.”
Publicamos o texto que nos foi remetido, via e-mail, no dia 4 de julho. A responsabilidade de todo o texto é do autor.

I. Downburst, turbilhão – ou a combinação de condições excepcionais?

Em análise...

IPMA – “vento em todas as direcções” e “condições excepcionais”

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) já respondeu às dúvidas do primeiro-ministro, considerando que ocorreram “condições excepcionais” que levaram a situações de “excepcional gravidade” na região de Pedrógão Grande, no distrito de Leiria.

Num despacho emitido na segunda-feira, António Costa perguntou ao IPMA se “houve no local circunstâncias meteorológicas e dinâmicas geofísicas invulgares que possam explicar a dimensão e intensidade da tragédia, em especial no número de vítimas humanas, sem paralelo nas ocorrências de incêndios florestais”, “tão frequentes em Portugal”.

Na resposta que enviou ao primeiro-ministro, a que a Renascença teve acesso, o presidente do IPMA, Jorge Miguel Miranda, esclarece que se gerou um fenómeno de “downburst”, ou seja, “vento de grande intensidade que se move verticalmente em direcção ao solo”, que “sopra em todas as direcções” e que, por vezes, é “confundido com um tornado”.

Este fenómeno tem “um grande impacto em caso de incêndio florestal por espalhar fragmentos em direcções muito diversas”.

A propagação do incêndio foi ainda amplificada devido a “fenómenos de convecção atmosférica associados à humidade muito reduzida e a dinâmica introduzida pelo próprio incêndio”.¹

Vídeo (exclusivo) mostra a força e o sentido do vento na noite de sábado, dia 17 de junho.

No lugar de Anchas – na aldeia do Troviscal, concelho de Castanheira de Pera – a rápida propagação do fogo, empurrada pelas fortes rajadas de vento ficou registada em vídeo.

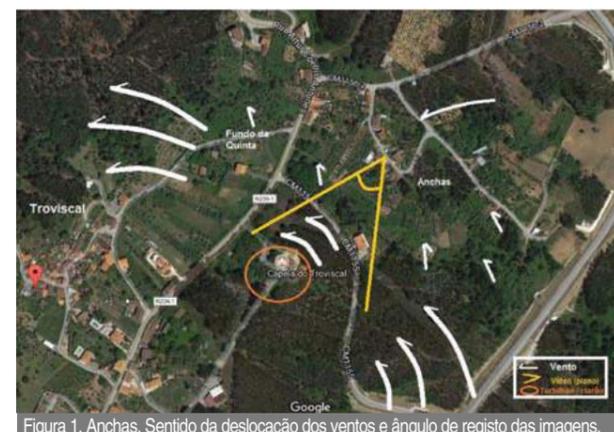


Figura 1. Anchas. Sentido da deslocação dos ventos e ângulo de registo das imagens.
A filmagem, obtida sábado à noite com recurso a um telemóvel, tem a duração aproximada de **5 minutos** – a que corresponde um tempo real, considerando cortes/pausas na gravação, não superior a 15 minutos.

¹Fonte: http://rr.sapo.pt/noticia/86861/ipma_ventos_em_todas_as_direcoes_e_outras_condicoes_excepcionais_na_zona_do_incendio_de_pedrogao_grande

Apesar da fraca resolução da filmagem percebe-se o sentido da orientação dos ventos, que vem de nascente/sudeste e inclina para poente/sudoeste, parecendo girar num enorme “turbilhão”

por trás ou acima da Capela do Troviscal. Nas imagens, podem ser observadas labaredas a agigantarem-se em altitude, iluminando um imenso clarão de fagulhas incandescentes. Em poucos minutos (vide vídeo) já o fogo estava espalhado na colina à nossa frente (sul) e irrompendo numa língua de fogo no olival ao nosso lado (poente).

Vídeo: Youtube / Incêndio Pedrógão Grande - Anchas (Castanheira de Pera). Parte IV

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ci-ecHdEJ4Q>

Estado do vento: fortes rajadas com formação de turbilhão.

Fogo: enorme clarão de chamas e fagulhas, labaredas em espirais e rápida propagação do fogo em direcção às Anchas [N] Troviscal e Fontão [O/SW]

»» Hora de gravação: 23h15

Outros vídeos, captados momentos antes, mostram a evolução e o sentido de propagação do incêndio. E, importante, revelam o período de relativa acalmia, numa atmosfera abafada e seca em que quase não corria aragem, antes do levantamento repentino de ventos intensos por volta das 22h40.

Vídeo: Youtube / Incêndio Pedrógão Grande - Anchas (Castanheira de Pera). Parte I

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=nksB5xL1MbQ&feature=youtu.be>

Estado do vento: acalmia. Fogo: panorâmica do avanço nas frentes das Fontes [NO] e Rapos [SE]

»» Hora de gravação: 22h26

Vídeo: Youtube / Incêndio Pedrógão Grande - Anchas (Castanheira de Pera). Parte II

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Ch_1kBGqKY4&feature=youtu.be

Estado do vento: acalmia. Fogo: avança próximo da estrada do Rapos-Troviscal

»» Hora de gravação: 22h39

Vídeo: Youtube / Incêndio Pedrógão Grande - Anchas (Castanheira de Pera). Parte III

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=HVeaySjUim&feature=youtu.be>

Estado do vento: forte. Fogo: alcança a Capela [S]

»» Hora de gravação: 22h45

Na quarta-feira tive oportunidade de relatar este testemunho junto de uma jornalista da RTP, numa peça exibida no telejornal (RTP 1, 21h – 22/06/17) no dia seguinte. A explicação técnica avançada pelo IPMA para as condições “invulgares” que conduziram a situações de “excepcional gravidade” no incêndio de Pedrógão Grande, concluiu tratar-se de um “downburst”. Não obstante, talvez a explicação seja ainda mais complexa, resultante da combinação da descida de ventos fortes em direcção ao solo (downburst), ocorrido a sudeste, com as características orográficas do vale da Ribeira de Pera – que segue afunilado a montante e alarga a bacia a jusante dos contra-fortes da vila de Castanheira de Pera. E esta suposição (vide imagem 2) coincide com:

a) a orientação este-oeste da inclinação das copas queimadas dos eucaliptos e das árvores derrubadas pelo vento,

observados ao longo da estrada à EN236-1, mais a sul, que denunciavam um ponto de irradiação dos ventos a nascente;

b) o sentido de propagação das chamas, girando em redor da Capela do Troviscal (Monte de S. Nicolau), vindas do Rapos / Feteira e avançando em direcção ao Fontão e Póvoa (Campelo), sem avançar logo em direcção à Vila e ao norte do concelho. Refira-se que a estrada que liga o Troviscal a Castanheira de Pera, num percurso de cerca 2,5 kms, apenas ficaria inacessível 4 ou 5 horas mais tarde, num período de relativa acalmia dos ventos, quanto o incêndio atravessou esta via, junto ao antigo lagar do Dordio, e avançou pelas encostas entre os lugares de Fontão e do Souto do Vale.

– *Estará este fenómeno relacionado com a tragédia que ocorreu na EN236-1, cerca da 5 kms mais a sul?*

No Relato que se segue verificamos que ao longo do dia, e em diferentes lugares, os ventos foram inconstantes. Durante a hora anterior ao registo dos vídeos, não se verificou no lugar das Anchas/Troviscal a ocorrência de ventos fortes. O fenómeno aqui registado, caracterizado pelo levantamento súbito de fortes rajadas de ventos e arrastando uma vaga de lume demolidora, também observado noutros lugares mais a sul do concelho, é frequentemente descrito como tendo sido responsável pela extraordinária rapidez da propagação absolutamente descontrolada do fogo. Coincidirá este fenómeno com o tempo e causa da ocorrência dos trágicos acontecimentos que vitimaram 47 pessoas na malograda “*estrada da morte*”? Fica a questão...

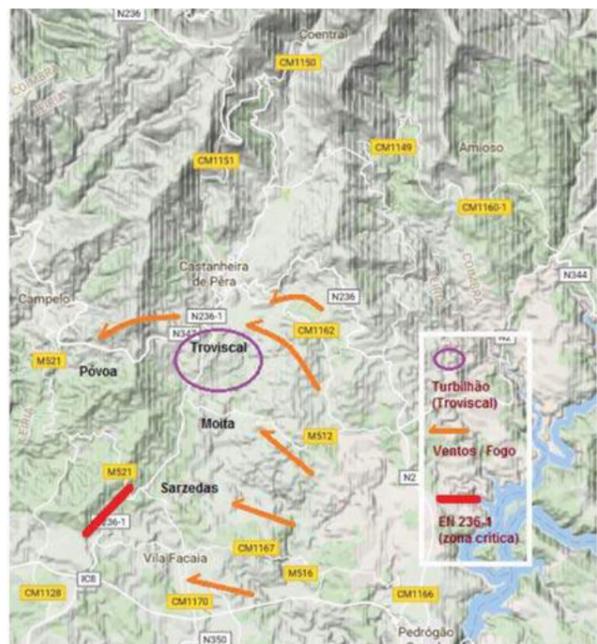


Fig.2 Interpretação da deslocação dos ventos, tendo por fundo a orografia da região

II. O Relato

Por infelizmente coincidência presenciámos a evolução do fogo em dois tempos e lugares distintos – na aldeia do Mosteiro (Pedrógão Grande) e ao redor das nossas casas, nas Anchas, Troviscal (Castanheira de Pera). Nos dias seguintes, percebemos a real dimensão da tragédia, ao visitar as povoações de Póvoa (Campelo, Figueiró dos Vinhos) e de Vila Facaia (Pedrógão Grande) – daqui, tiramos importantes lições sobre o que deveria ser a

gestão das florestas.

1. Aldeia do Mosteiro, Vila Facaia, concelho de Pedrógão Grande. 17 junho, 18 horas. No final de tarde quente e abafada decidimos ir até à bela praia fluvial do Mosteiro. Quando lá chegámos, era visível uma coluna de fumo que se erguia a nordeste daquela aldeia, sem que no entanto pudéssemos adivinhar o perigo. Apesar do fumo se erguer em altitude, visível a longos quilómetros de distância, o incêndio pareceu-nos estar distante, lavrando numa direcção contrária à nossa... Afinal, quem nasceu e cresceu na zona do Pinhal Interior Norte de certa forma já se habituou (e, infelizmente, se resignou) aos incêndios de verão, pelo que, em maior ou menor sobressalto, a vida continua – isto, longe de imaginarmos que este incêndio atípico evoluiria para um cenário apocalíptico. Por outro lado, a confiança, talvez excessiva, no voluntarismo dos bombeiros, pressupunha que a situação estaria minimamente controlada – embora, hoje para nossa perplexidade, não tivéssemos avistado, nas proximidades do Mosteiro, movimento de viaturas dos bombeiros ou da protecção civil, ou sequer ouvissemos ao longe o som das sirenes ou o soar dos aviões ou das hélices dos helicópteros, reforçando a convicção do fogo lavar mais longe do que de facto se suponha.

19 horas. A partir desta hora o cenário agravou-se consideravelmente. As cinzas começaram a cair com mais intensidade e pedaços de folhas de eucalipto a fumegar esvoaçavam pelo ar expelidas pelo vento forte que entretanto se levantou. O céu escureceu abafado pelo denso fumo que começou a descer sobre a praia fluvial, carregando uma sombra negra sobre a aldeia. Ouvia-se, cada vez mais perto, a forte zoadá do brandir das chamas assanhadas pelo vento, e, num som abafado mais ao longe, estrondos, vagamente semelhantes a explosões, que chegámos a pensar serem de trovões, pois, por breves minutos, caíram dispersas pingas de chuva, fazendo supor que iria chover, o que de facto não ocorreu.

Eram perto das **19h30** quando deixámos para trás a praia fluvial do Mosteiro. Ao atravessar a aldeia, observámos o olhar apreensivo de cerca de uma dezena de habitantes, de olhos fixos na colina nascente, sobranceira ao povoado. Mais adiante, subindo a estrada de retorno (CM1167), em direcção a Vila Facaia, tivemos a real percepção do que estava a acontecer – o incêndio aproximava-se perigosamente da aldeia. Parámos o carro e, num breve instante, empurrada pelo vento forte, uma língua de fogo agigantou-se no meio do arvoredo, seguida da erupção violenta de novos focos de incêndio, ali e acolá, espaçados a dezenas de metros de distância. De repente, o vento quente e enfumado virou na nossa direcção, empurrando-nos a deixar para trás definitivamente aquele lugar e sair rapidamente dali... E que destino teria aquela gente? Por um momento pesou-nos o silêncio.

Na volta, em vez de fazermos o trajecto da ida pela EN236-1, cortámos caminho pela Salaborda Nova, rumo a Sarzedas de São Pedro – sendo visíveis, não muito longe, as chamas que progrediam nos montes e serranias entre os lugares de **Salaborda Velha** e **Coelhal**, ainda no concelho de **Pedrógão Grande**. Definitivamente, tomámos consciência de que o incêndio estava fora de controlo – e continuávamos sem ver ou ouvir por perto quaisquer meios de combate ao incêndio, que diante dos nossos olhos começava a adquirir grandes proporções!

20 horas. Aturdidos com o que tínhamos visto no Mosteiro, e ainda sem saber como reagir ao sucedido, rumámos sem destino



Foto. 17Jun17. Estrada Mosteiro – Vila Facaia (CM1167). 19h24.

definido, parando na praia fluvial do Poço Corga, no lugar do Bolo, Castanheira de Pera. Talvez o objectivo de ali estarmos fosse espairar e alhearmo-nos do que tínhamos visto no Mosteiro. Daí, talvez quiséssemos preservar a Diana (38 anos, minha companheira, natural de São Luís do Maranhão, Brasil) – que tanto gosta das belas paisagens da Serra da Lousã, dos recantos da Ribeira de Pera e das Fragas de São Simão – do terrível do flagelo dos incêndios de verão, que pareciam agora atemorizá-la. Ou talvez, claro, aproveitar os últimos dias de uma semana de férias, antes de voltarmos a Braga, ainda a tempo dos festejos de São João... Mas, o desassossego tomou o nosso estado de espírito e logo decidimos regressar ao aconchego da casa. Antes, porém, fazendo um desvio pelo cimo da vila de Castanheira voltámos a tomar consciência da triste realidade que se abria no esfumar do horizonte – pelo posicionamento de grande extensão da coluna de fumo, o incêndio avançava agora nas serranias a sudeste do nosso concelho, algures, entre os lugares de **Feteira, Rapos e Fontes**, após ter rodeado o **Vermelho**.



Foto. 17Jun2017. Rua 5 Outubro, Castanheira de Pera. 20h40

20h45. Ao chegarmos a casa, no lugar do cimo das Anchas, junto à aldeia do Troviscal, tivemos uma ideia mais precisa da progressão do fogo, que se dividia agora em duas frentes. Nas encostas a nascente, o incêndio lavrava incontrolável em direcção ao alto das **Fontes** (foto acima); a sul, progredia no sentido do vento moderado, este-oeste, pressupondo que avançava em direcção às aldeias de **Sarzedas de São Pedro, Moita e Carregal Fundeiro**.

2. Anchas, Troviscal, concelho de Castanheira de Pera.

21 horas. A situação é crítica. Temos a percepção real de que estamos a ficar rodeados pelo fogo. O fumo que se adensa faz cair

a noite mais depressa. A nascente, o clarão das chamas desce em direcção ao **Souto Escuro** – fazendo-nos recuar à trágica memória dos incêndios no início da década de 80, quando a antiga Fábrica de Lanifícios do Souto Escuro ardeu, rodeou as fábricas da Abelheira, Retorta e Foz, ainda a laborarem, chegando aos limites do Troviscal. Virados para sul, tendo o **Monte de São Nicolau** à nossa frente, vem a trágica memória de outro grande incêndio, que menos de uma década depois destruiu, em 1985, a **Capela do Troviscal**, apenas se preservando a torre sineira e a imagem miraculosa de N. Sra do Bom Sucesso, protegida no nicho entre o carvão do altar de madeira ardido.

O tempo é de regar apressadamente, com baldes e mangueiras, os terrenos e edifícios à volta das casas – incluindo as paredes das casas, currais, barracões, árvores de fruto, viaturas, etc.

22h00. Por volta desta hora, tivemos a percepção de que as chamas, visíveis a poucas centenas de metros, já haviam ultrapassado a barreira da EN226-1 (variante externa do Troviscal), aproximando-se da Capela. Ao longe, ouvem-se estrondos, vindos do meio dos pinheiros e dos eucaliptos a explodirem em chamas.



Foto. 17Jun2017. Avanço da frente do Rapos. 20h15

22h30. A partir desta altura, no meio da aflição, perdemos a noção perfeita da evolução do tempo, numa longa e exaustiva noite de terror que, em correrias, gritos, preces e prantos, só terminaria por volta das 8 horas da manhã. Numa imagem assombrosa vimos literalmente o diabo a erguer-se por cima do **Monte de São Nicolau**, assumindo a forma do que nos pareceu ser um “turbilhão”, girando num imenso redemoinho em torno do monte da Capela. O vento assoprava em fortes rajadas e o fogo erguia-se sobre o arvoredo em espirais incandescentes de labaredas que eram projectadas para o céu. Porém, minutos antes, recorro com perplexidade que o ar antes estava denso e abafado, quase sem se sentir o correr aragem, até se levantar subitamente aquela ventania demoníaca, que vinha de sudeste a nascente, no sentido da propagação do fogo, e por detrás de nós, puxando as chamas que subiram rapidamente da ribeira, vindas da Abelheira e do Souto Escuro, até ao nosso povoado!

Depois, levantou-se um imenso clarão, a longos metros de altitude, espalhando uma massa incandescente de cinzas e folhagem a arder e uma imensa onda de calor. Instantaneamente, quase sem nos darmos conta – vislumbrados com aquele cenário dantesco que prendia o nosso olhar – já as chamas estavam por toda a parte, espalhando-se pelo Fundo da Quinta até às encostas da aldeia do Troviscal, a poente. Na colina em frente, na estrada do Rapos (CM1155), a violência do fogo ameaçava por todos os lados uma vivenda, rodeada de pinheiros e eucaliptos em chamas. Cruzando a barroca, uma língua de fogo subiu pelos olivais até

chegar à calçada da nossa rua. Nesta altura, valeu a ajuda preciosa de uma pequena brigada da Protecção Civil, que dominou o fogo que estava perigosamente próximo do casario, e abandonando poucos minutos depois o local. Eu, desesperadamente, continuei a bater as chamas com um ramo de oliveira, para que o lume, que deflagrava e reacendia por todo o lado, não chegasse ao curral da ovelhas e barracões anexos à casa.

Nesta altura já não havia electricidade (corte geral) – e num momento impreciso, ficámos também sem comunicações móveis. Sem luz não havia como tirar água do poço artesiano, que era a principal arma contra o fogo que subia na vertente sul do morro pelos quintais, junto às nossas 3 casas. Sem baixar os braços, o meu pai, Urbano Rebelo (65 anos), continuava a combater as chamas com uma mangueira ligada à rede pública, enquanto a minha mãe, Idalina (65 anos), e a Diana, socorriam-se de um depósito de 500 litros, despejando baldadas sobre as chamas que eclodiam por todo o lado. Ao longe, ouviam-se gritos de aflição, vindo do velho casario do centro do Troviscal – mais tarde, viemos a saber que o cimo do lugar ficou sem água, por falta de pressão nas torneiras, pelo que, isolados, a meia dúzia de moradores desta zona da aldeia, teve de enfrentar sozinha o avanço do fogo com recurso a batedores improvisados, sem assistência dos bombeiros que apenas apareceriam no local 3 horas depois. Entretanto, o nosso vizinho, Silvério Simões (75 anos), com uma pequena mangueira jogava água sobre o intenso lume que do nada deflagrou sobre uma pilha de lenha de pinho – como consequência do impacto do calor, a vedação e os estores das janelas da casa dos meus pais, a uma dezena de metros, ficaram danificados.

Ouviu-se um grito desesperado vindo da páteo das traseiras da casa dos meus pais. Era a minha mãe, correndo em nossa direcção, esbracejando aflita, querendo dizer que o fogo já estava do outro lado, subindo agora pela vertente norte do morro do povoado, lavrando no fundo do quintal. Estávamos cercados pelo fogo! Corri para lá e peguei numa mangueira para defender o barracão da lenha e as capoeiras... Nisto, os eucaliptos de frente, situados do outro lado da estrada, explodiram numa imensa chama incandescente que se alastrou pelo arvoredado em redor. Nesta altura, isolados, perdemos o contacto com os 3 vizinhos do fundo das Anchas. Mais tarde, soubemos que perante o rápido avanço da verociade do incêndio – e constantando a falta de braços para os deter, mais o peso das idades carregando sobre as pernas – haviam abandonado as suas casas, refugiando-se na Vila. O Quim (solteiro, 50+ anos), a mãe, Ti Maria (viúva, 80 anos) e o vizinho José Ulisses (viúvo, 70+ anos).

Nisto, o fogo pegou-se às ervas altas e ao arvoredado disperso no fundo do quintal do Silvério e logo a toda a vertente poente-norte do morro. Mais acima, o barracão anexo a uma casa actualmente desabitada ficaria longas horas a arder sem que nada pudessemos fazer...

Entretanto, numa constante correria, acabei por ferir o pé, ao pisar um objecto perfurante – talvez um prego, não sei bem – que atravessou a sola da bota. Uma vez estancado o sangue e escaldado o pé, tive de continuar, por que o inferno ainda perdurava...

18 Junho. 2 horas. O pior parecia já ter passado – embora o “rescaldo” obrigasse a estarmos vigilantes durante o resto da noite, tal como nos dias seguintes, prevenindo e combatendo os constantes reacendimentos. Sem noção exacta do tempo, já o

relógio passaria a 2h da manhã quando o Sr. Presidente do Câmara, Fernando Lopes, num gesto louvável, parou à nossa porta tomando conta da ocorrência e dando apoio moral.

3 horas. A agitação e o pânico voltou a abeirar-se de nós. Uma luz intermitente sobressaía entre as fissuras da persiana da janela do sótão da casa do Silvério – e pouco depois, já as labaredas eclodiam pela janela. Do nada, sem que pudessemos prever, o telhado do vizinho pegou fogo!

Num gesto rápido e instintivo, o Silvério corre para dentro de casa, procurando salvaguardar alguns bens e valores, batendo a porta por trás e trancando-se lá dentro... Os minutos passavam e ele não respondia aos nossos gritos para que abandonasse a casa.

Ao fim de várias tentativas frustradas conseguimos finalmente contactar a linha de emergência, 112. Ligámos um, duas, três vezes... e nada! Do outro lado, os técnicos limitaram-se a dizer que já haviam reportado a ocorrência... mas não havia meio dos bombeiros aparecerem. Nisto, eu avanço numa tentativa de forçar a entrada na casa... Aí, a Diana entrou em pânico, gritando e esbracejando num choro compulsivo, sem conseguir conter a urina que lhe escorreu pernas abaixo – foram precisos alguns minutos para que conseguíssemos acalmá-la. Nisto, numa atitude desesperada, a minha mãe entra no carro e sai em direcção ao quartel dos bombeiros na Castanheira. Terror! A poucas centenas de metros, para lá da curva do antigo lagar do Dordio, as chamas atrevesavam a estrada. A bravura do lume ao longo da berma da estrada deixou marcas visíveis na pintura da chaparia do velho Opel Corsa... Fez marcha a ré, conseguiu inverter o sentido da marcha e voltou visivelmente abalada. Entretanto, o Silvério responder e saiu à porta, com o sobrolho cortado, escoriações ligeiras no braço e meio-surdo, sem o aparelho auditivo. Na escuridão do interior da casa e com o fumo a sufocar a respiração, terá tropeçado e caído estatelado no chão – embora não lembre com exactidão o sucedido. Da rua, sem pressão suficiente nas mangueiras para que conseguíssemos jorrar a água sobre o telhado, começámos a molhar as paredes, o corredor e entrada da estreita escadaria interior que do rés-do-chão leva ao primeiro piso e ao sótão – o objectivo era que o fogo não descesse ao andar de baixo, protegido pela placa de cimento. Só por volta das 7h30 consegui penetrar até ao piso do sótão, entre os escombros das telhas partidas e restos de madeira a arder, para apagar as fornalhas e fumarolas que ainda consumiam os restos das traves e barrotes.



Foto. 18Jun2017. Casa Silvério – telhado destruído.

8h00. Chegam ao local duas ambulâncias do INEM, uma delas conduzidas pelo meu cunhado, Sabino Henriques, que entretanto, após passar pelo local minutos antes, nos deu em primeira-mão a notícia da tragédia ocorrida na EN236-1. Vendo que não havia

feridos com gravidade seguiu rapidamente caminho, em resposta a outra chamada de emergência – aconselhando-me a ir ao Centro de Saúde da Vila, após ter observado e ligado o meu pé.

8h30. Desloquei-me então ao Centro de Saúde de Castanheira de Pera, onde foi feito um novo penso e receitada medicação para as dores, anti-inflamatório e antibiótico. Dois dias depois, por precaução, a minha médica de família, Dr Isabel Costa, acabaria por ministrar o reforço da vacina do tétano. Também o meu pai, apresentando rubor e forte ardor nos olhos foi submetido a uma limpeza com soro fisiológico – uma medida preventiva, sabendo-se que há menos de um mês ele havia sido operado ao cristalino ou lente de um olho.

A esta hora não havia muita afluência no Centro de Saúde, tendo sido quase de imediato atendido. Registo ainda a presença de duas mulheres que procuravam informações sobre familiares desaparecidos residentes em Sarzedas de São Pedro. Nesta manhã de domingo encontrava-se no Centro uma médica de Figueiró dos Vinhos, acompanhada de uma enfermeira. E, nos dias seguintes, a equipa foi reforçada com um médico vindo de Santiago do Cacém e dois ou três enfermeiros vindos de Coimbra e Setúbal – além da presença de outros elementos da Cruz Vermelha e das ambulâncias estacionadas à porta. Junto ao quartel do Bombeiros vimos autotâques vindos de região de Lisboa.

Só mais tarde viríamos a saber, pelas declarações públicas do odontologista nosso conterrâneo, Dr. João Marreca, que os primeiros feridos que acorreram ao Centro de Saúde encontraram este estabelecimento ainda estaria encerrado. Infelizmente, apesar da revolta, tal facto não constitui surpresa, dada a escassez de recursos e o peso da interioridade do concelho, que motivam o frequente deslocamento dos utentes de Castanheira de Pera diretamente para o Hospital Geral de Coimbra (Covões), sobretudo em situação de urgência fora das horas de funcionamento do centro. Para grande escândalo e indignação geral da população, não podemos esquecer que em 2015, durante algumas semanas, o Centro de Saúde deixou de prestar o serviço de consultas por não haver médico de família!

Na ida à farmácia, eu e minha mãe cruzámo-nos com a família Cassapo. Ele, apático, quase sem falar palavra – aturdido que ainda estava do assombro das chamas que lhe rodearam o carro, quando tentou deslocar-se à fábrica de lanifícios Albano Morgano, situada nas Sarzedas de São Pedro, onde é encarregado de produção. Ela, em pânico, perturbada com estado de saúde dos bombeiros hospitalizados e receosa com a segurança do filho, João Cassapo (40 anos), também bombeiro mobilizado na frente do fogo. Com os nervos em franja, exaltada, a Dona Fernanda não consentia que alguém pudesse criticar a actuação heróica dos bombeiros, que com desmesurado esforço e dedicação estavam a dar a vida para salvar vidas e bens – mesmo que do outro lado estivesse outro alguém, também frustrado pelas perdas, que em vão esperou a vinda dos bombeiros. Mas, em verdade, não haviam homens nem meios suficientes, que naquelas horas pudessem conter o inferno das chamas!

9h00. O fumo manteve-se denso até terça-feira, dissipando-se lentamente e tapando o sol que se sumia por detrás de um leve ponto alaranjado. Por todo o lado haviam fumarolas e pequenos reacendimentos no restolho dos campos, nos cepos e troncos

das árvores. Com a luz do dia começámos a fazer as contas aos estragos.



Fotos. Quintais e olival queimados. Acima à esquerda, pormenor do Souto que se conservou verdejante.

Dispersas pelas várias parcelas de terreno, ficaram queimadas perto de 180 oliveiras – e, embora exista a expectativa de que a maioria possa regenerar, na nova rebentação de ramos e folhagem, durante os próximos anos dificilmente teremos azeitona em quantidade suficiente para fazer moer o moinho num lagar tradicional. Tal como não se fará vindima, nem haverá vinho novo este ano.

E também não há pasto para alimentar as 10 cabeças de ovelhas e cabras. Neste ponto, convém fazer uma importante observação: com as ovelhas a pastar livremente pelo cercado, na maior parte do terreno a erva não teria mais de um palmo transverso de altura – e, sem tréguas, o fogo queimou não apenas a forragem já seca, como fez arder os velhos troncos das oliveiras! Já o olival do vizinho tinha a erva mais alta – o que terá contribuído para a extensão da língua de fogo a todo o comprimento do terreno – porém, não podemos dizer que estivesse desmazelado, pois, de forma regular, o proprietário costuma fresar o terreno com o tractor.

No meio da negritude que pinta de dor e tristeza o campo e as serranias em redor, sobressai o verde da copa dos castanheiros em flor de outro vizinho, que são agora quase o único pasto para as nossas 3 colmeias. O fogo lavrou o chão queimando a folhagem seca, mas o souto, junto à barroca, ao fundo do nosso olival, preservou-se!

Nas vertentes voltadas a norte e a nascente, a quase totalidade da vinha e das árvores de fruto ficou queimada – neste caso, não diretamente pelas chamas, mas pelo impacto da onda de calor que se propagou duas ou três dezenas de metros pelo quintal, vinda do eucaliptal que “explodiu” em chamas do outro lado da estrada! Também importa referir que o eucaliptal, a crescer para o segundo corte, estava limpo do combustível dos matos ou ramagens que se acumulam no solo, fazendo-nos perceber que a rápida propagação do incêndio, empurrada pela força dos ventos, se fez em larga medida por aquela massa incandescente de folhagem a arder, que avançava descontroladamente quase sem barreiras entre as copas do denso arvoredado. Isto, diferente do modo – diríamos, “convencional” – de propagação dos incêndios, em que o fogo avança pelos densos matagais e ramagens depositadas nos solos, trepando aos troncos e copas das árvores.

Meio encoberta pela fumaça, sobranceira no cimo do monte, a Capela do Troviscal desta vez escapou, apenas com ligeiros danos – apesar da torre sineira necessitar de obras urgentes no telhado. Após o outro violento incêndio de 1985, a reconstrução da cobertura foi feita com placa de cimento, em vez do barroamento em madeira, revelando-se, portanto, a melhor opção. Assinale-se, a julgar pelo que vimos retratados nas muitas imagens divulgadas pelos jornais e televisões, na maioria dos casos as casas ardidas teriam estruturas antigas em madeira - soalhos, barrotes do telhado, etc.



Foto. 18Jun2017. Capela do Troviscal.

Outra comparação inevitável no tempo, em relação ao grande incêndio de 1985, é a dimensão populacional. Há 30 anos atrás, contando os bairros das Anchas e do Fundo da Quinta, no arredor da aldeia do Troviscal, existiam 14 aglomerados familiares, que correspondiam à habitação permanente de cerca 40 pessoas – das quais 6 crianças (<15 anos). Hoje, residem permanentemente nestes lugares apenas 8 moradores – e o habitante mais novo tem mais de 50 anos (Quim)! Uns, porque morreram, outros porque emigraram, e há ainda aqueles, como eu, que vão e vem... O Marcolino e a esposa, Laura, (65+ anos, reformados) repartem o tempo entre a aldeia e Leiria, para onde emigraram aquando o agudizar da crise da indústria de lanifícios nos anos 90 e onde residem actualmente os filhos e os netos – na noite do incêndio ficaram retidos no corte do IC8, regressados daquela cidade. Na manhã seguinte, o Sr. Marcolino ficou em estado de choque quando tomou conhecimento que os cunhados e o sobrinho, residentes na aldeia do Souto Escuro, tinham perdido a casa e estavam hospitalizados com em Coimbra com queimaduras graves. Custódio (80+ anos, viúvo), alfaiate da aldeia, aposentado, tem dois filhos a morar em Coimbra e outro em Santarém, que se vão revezando nas visitas domingueiras – perante o avanço do fogo pegou no papa-reformas (micro-carro) e fugiu para a Vila, após a muita insistência da filha. A casa onde a Ti Sara (80+ anos) criou uma família farta, entre os muitos filhos e netos – dispersos pelo país e em paragens tão distantes como Canadá e Angola – está desabitada desde que o Ti Chico faleceu e ela foi morar com uma das fillhas na Castanheira, há dois ou três anos atrás – sem gente para fazer frente ao fogo, o barracão ardeu e a casa esteve em sério perigo! No fundo das Anchas, Lídia (80+ anos) reparte o tempo entre a velha habitação no fundo das Anchas, onde ainda cultiva a horta, e a casa dos filhos – não se encontrava no lugar. A minha irmã, Rute (30 anos) foi morar com o marido, Sabino (41 anos) para Lisboa e foi na Estefânia que teve os dois filhos. Eu, preservo a minha condição de residente não-permanente – e aqui, persistentemente, mantenho residência oficial (cartão cidadão,

morada fiscal, cartão de eleitor, médico de família, etc.), apesar de momento morar e trabalhar diariamente em Braga, depois de já ter passado por Coimbra e Lisboa. E sem necessidade de alongar mais esta lista, o mais recente membro da aldeia é a Diana, minha companheira há 5 anos – embora, em rigor, ainda se encontra numa situação de permanência irregular no país, aguardando que o SEF finalmente reconheça a nossa união de facto.

Em suma, naquela fatídica noite, éramos apenas 6 pessoas no bairro, contando com a minha avó, Leonor (viúva, 89 anos), que embora tenha casa própria ali ao lado, passou a noite na casa dos meus pais. Por este andar... talvez, daqui a uma, duas ou três décadas – se, entretanto, nada for feito e outro grande incêndio espalhar o negro da destruição e da morte – não exista alma na aldeia para contar o final da história. Afinal, esta grande tragédia, que vitimou repentinamente 64 pessoas e focou a atenção do país nesta região, é também o retrato de uma outra tragédia maior, que é ver o interior de Portugal paulatinamente a morrer: esquecido, empobrecido, envelhecido e desertificado!

3. Ida à Póvoa (Campelo, Figueiró dos Vinhos) e a Vila Facaia (Pedrógão Grande).

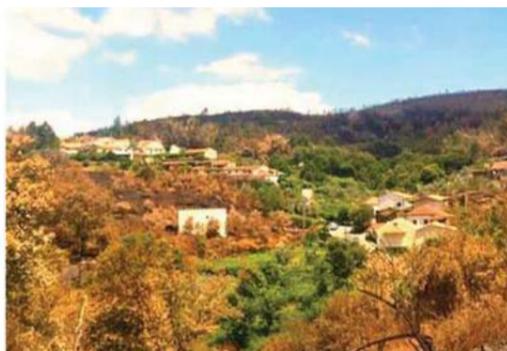


Foto. Póvoa (Campelo, Figueiró dos Vinhos) – verde dos castanheiros, carvalhos e sobreiros.

19 junho, segunda-feira. No final da tarde fui com o meu pai ver o estado em ficaram as nossas pequenas propriedades... tudo ardido! Do outro lado da serra, no lugar da Póvoa, freguesia de Campelo, no concelho de Figueiró dos Vinhos, de onde é natural a minha avó Leonor, os poucos habitantes queixavam-se do isolamento a que estiveram voltados, sem assistência dos bombeiros, tal como sucedeu em tantas outras aldeias. Até aquela hora, rente à noite, ainda ninguém (Bombeiros, Protecção Civil, GNR, Cruz Vermelha, Exército...) tinha passado pela Póvoa!

Mas, o que mais aqui me impressionou já não foi o negro do imenso eucaliptal ardido em volta da aldeia, igual à negritude de outros tantos lugares, mas a beleza que ainda subsiste naquela “ilha verde”. Isso mesmo, um pequeno bosque de castanheiros, carvalhos, sobreiros, noqueiras etc., que envolve o velho casario do povoado e o protegeu do fogo... Ali e acolá também há sobreiros, carvalhos e castanheiros queimados, sobretudo quando isolados no meio meio dos altos matagais, eucaliptais ou pinhais... mas, quando juntas, a maior resistência destas árvores ao fogo constitui uma assinalável barreira contra a propagação dos incêndios.

E é este verde, cor de esperança, que nos deve fazer reflectir sobre o tipo de ordenamento florestal que deve ser feito, investindo no replantio de espécies autóctones!

20 junho, terça-feira. No final da manhã fomos visitados pela

veterinária da Casan – Cooperativa Agro-Pecuária do Sudoeste Beirão, com sede no concelho de Ansião. A técnica veio prestar assistência junto dos associados e tomar conhecimento de possíveis perdas ou dificuldades no tratamento dos animais.

Por indicação da cooperativa, no final da tarde acompanhei o meu pai a **Vila Facaia**, com o objectivo de obter apoio para a alimentação das cabras e ovelhas, que seria distribuído naquele vilarejo do concelho de Pedrógão Grande. Infelizmente, apesar do registo na Junta de Freguesia, só quase uma semana depois conseguiria a preciosa ajuda, disponível nos estaleiros municipais de Castanheira de Pera!

Àquela hora, próximo das 18 horas, Vila Facaia preparava-se para enterrar as primeiras vítimas do incêndio – com o Nodeirinho e os Pobrais ali tão perto. Reparo que a passagem do fogo também deixou marcas no vilarejo, nas casas ardidas que vamos contando ao descer a rua principal.

- Mas, como explicar que o fogo tenha adentrado no povoado?

Ao redor do velho casario, que se alonga por mais de um quilómetro de um e do outro lados da antiga estrada municipal 1158, vemos campos - e não imediatamente os eucaliptos ou pinheiros, como vimos junto das estradas e de outras povoações fustigadas pelo fogo. As terras de cultivo ocupam uma faixa em redor do vilarejo não inferior a 100 metros – e, ainda assim, impressionante, o fogo alcançou o casario! A violência do incêndio, empurrado pelos ventos fortes, mais a falta de limpeza dos terrenos em redor das casas devolutas certamente explicarão o sucedido... A que podemos acrescentar a falta gente de um vilarejo, tal como tantos outros, empobrecido, envelhecido e desertificado, numa pálida imagem do que fora no passado a afamada feira (mercado) de Vila Facaia – agora sem braços para acudir à emergência das chamadas. Mas certamente não explica tudo... Voltemos ao lugar da Póvoa (Campelo). Aqui, ao contrário da várzea cultivada de Vila Facaia, o imenso eucaliptal preenche as serranias que rodeiam a aldeia e a floresta adentra no casario que se sobrepõe nas encostas do fundo do vale. Também o incêndio foi trazido pela forte ventania – se menos intenso, em rigor não sabemos. Pelo que, a julgar pela densa vegetação e falta de limpeza dos terrenos, o lugar da Póvoa não escaparia a uma tragédia maior... se não fosse o bosque de árvores autóctones que protegeu a aldeia.

Daqui, retiramos uma importante lição: tão importante quanto a limpeza dos campos de cultivo e da floresta, bem como a manutenção de uma faixa desimpedida (desarborizada) na proximidade das casas, importa reordenar o tipo de árvores que queremos ver plantadas em redor das povoações.

Ao longo das últimas décadas, o êxodo rural e o consequente abandono dos campos levou a que antigas áreas de cultivo fossem convertidas no plantio de eucaliptos e ao crescimento desordenado de pinheiros, enquanto que a floresta autóctone, desvalorizada, foi sendo progressivamente subtraída das paisagens. É tempo de corrigir este erro ambiental e paisagístico – e uma possível forma de o fazer é apoiar a reflorestação seguindo novos critérios de reconversão agro-florestal, com sejam a reintrodução de castanheiros, noqueiras, cerejeiras, outras, nas antigas áreas de cultivo sem uso e a delimitação de uma faixa para o replantio de carvalhos, sobreiros, azinheiras, etc. em

redor das povoações.

4. O rescaldo do incêndio

21 junho, quarta-feira. O maior acontecimento do dia, com ampla difusão mediática, foi o funeral do bombeiro castanheirense Gonçalo Conceição, que contou com a presença das mais altas personalidades do Estado.

No final do dia, eu e a Diana deixámos para trás a Castanheira e, consternados, tivémos de regressar a Braga. Até domingo, a cidade estaria em festa... mas o nosso estado de tristeza, angústia e ansiedade fez com que a folia do S. João não tivesse qualquer significado para nós - não obstante persistência dos amigos convidando-nos a sair. Passadas quase duas semanas, ainda sinto em mim um desassego que a toda a hora me confronta com aquelas trágicas horas... Fecho os olhos e vejo lume. Deito-me e acordo repetidas vezes durante a noite, sobressaltado e com um pesado cansaço de não ter conseguido dormir. Mas, se há um lado bom nesta história é a fortaleza do amor e dos laços que nos unem – eu, a Diana, os meus pais.

22 junho, quinta-feira. Finalmente, ao 5º dia após a tragédia, as autoridades apareceram no lugar das Anchas, marcando presença através de uma equipa mista composta por militares da GNR e do Exército e enfermeiros.

Segundo o meu pai, na expressão do carácter franco e frontal que tão bem lhe conheço, terá dito: “*Até que enfim alguém aparece...*”. Ao que o Tenente do Exército terá retorquido: “ – *Porquê? Há alguém ferido ou desaparecido?...*” – refira-se que até este dia haviam aldeias que ainda não tinham recebido qualquer visita ou apoio das autoridades!

De facto, no bairro todos tínhamos sobrevivido e, apesar dos arranhões e nódoas negras no corpo, nada parecia ser de maior gravidade. Desgostosos, tomando consciência da devastação em redor – o olival, os pastos e as hortas queimadas – os meus pais sentiam-se isolados, desapoiados e já falavam em vender o gado... Mas a grande preocupação de momento era com o estado de saúde mental do nosso vizinho, Silvério. Viúvo, sem filhos, o único apoio familiar que tinha era de um sobrinho – este, sem emprego certo, repartido entre as obras (construção civil) e a faxina (floresta), que de imediato se prontificou a iniciar as obras de reconstrução do telhado. Desde a noite do incêndio, Silvério tem tido comportamentos estranhos – primeiro, os lapsos de memória (ex. no dia seguinte dizia não se lembrar do ocorrido, ateimando que à hora em que ardeu o telhado não estava em casa), depois, o alheamento e a desconexão com a realidade (ex. deixar a porta aberta, com a televisão em alto som, e ir dormir ou sair de casa; ou, mais grave ainda, aparecer nú no pátio sem diso ter consciência). Feito o relato, os enfermeiros que acompanhavam os milhares requereram de imediato a assistência de uma ambulância do INEM, que após um primeiro diagnóstico acharam por bem reencaminhar o Silvério para o serviço de psiquiatria do Centro Hospitalar de Coimbra, onde viria a passar a noite.

23 junho, sexta-feira. Fruto da solidariedade dos portugueses, começaram a ser distribuídos alimentos e roupas junto da população mais carenciada das aldeias.

26 junho, segunda-feira. Último dia para a declaração dos danos e perdas junto dos serviços municipais.

28 junho, quarta-feira. Um jovem amigo Leonardo Pereira (21

anos, natural de Belém do Pará, Brasil), estudante na área de Serviço Social da Universidade Católica de Braga, informou-nos que vai integrar um grupo pastoral daquela universidade, que reúne padres, professores e estudantes, com destino a Pedrógão Grande no dia seguinte. A solidariedade continua...

29 Junho, quinta-feira. É repostado o serviço de telefone da rede fixa.

III. Opiniões sobre a intervenção da Protecção Civil e a gestão das florestas

Compreensivelmente, nas aldeias, no centro de saúde, na praça da vila, em todos os lugares, o assunto dominante é o grande incêndio que deflagrou em Pedrógão Grande e avançou para os concelhos vizinhos. Entre os relatos impressionantes dos sobreviventes desta catástrofe, num ambiente geral de consternação, registei os inúmeros desabafos, em sinal de indignação, que constituem opiniões críticas relevantes para melhor se perceber o contexto sócio-económico em que vivem estas populações.

1. Isolamento. No Troviscal, Moita, Sarzedas, Póvoa, etc. ouve-se o mesmo relato: o abandono das populações à sua sorte, sem assistência dos Bombeiros e da Protecção Civil, nos momentos mais críticos do incêndio. De uma forma geral, as pessoas são compreensíveis quanto à impossibilidade dos bombeiros – retratos como verdadeiros heróis! – atenderem a todos os povoados, num cenário catastrófico sem precedentes. Porém, para lá da imprevisibilidade do sucedido e da escassez dos meios, há quem não deixe de questionar por que motivo o incêndio não foi debelado logo nas primeiras horas, nomeadamente, através de uma actuação mais ampla dos meios aéreos. E, neste ponto, há quem vá mais longe e com pertinência questione sobre o papel que a Força Aérea poderia desempenhar no combate aos incêndios, à semelhança do que sucede noutros países!

E o sentimento agravado de isolamento e de abandono fez-se sentir nos dias seguintes ao incêndio, quando muitas aldeias apenas receberiam as primeiras visitas das autoridades destacadas pela Protecção Civil passados 3 e 4 dias – nas Anchas demorou 5 dias! Neste caso, a crítica não é dirigida directamente às altas personalidades do Estado que acompanharam de perto a evolução dos acontecimentos, com destaque óbvio para a presença assídua do Presidente da República e dos vários

membros do Governo, ou, sequer a falta de *voluntarismo* e *solidariedade*, tendo em conta a grande mobilização quase imediata portugueses – antes ao modo de actuação, diríamos, demasiada “urbano” ou “cidadino”, do comando das operações. Pois, foi evidente, num primeiro momento, o contraste entre o grande aparato de agentes concentrados no centro de comando e nas vilas (Protecção Civil,

Bombeiros, Cruz Vermelha, INEM, GNR, Exército, etc...) e o estado de abandono de muitas aldeias ainda sem assistência! Em consequência, há quem questione por que motivo as autoridades locais, conhecedoras do terreno, não tiveram um papel mais interventivo na condução das operações... Felizmente, segundo o relato dos últimos dias, a campanha solidária de apoio social que está a ser prestada no terreno – através da distribuição de alimentos, roupas e outros bens e envolvendo a participação de voluntários provenientes de várias associações e regiões do país – tem sido gerida pelos agentes locais e bem acolhida pelas populações, apesar de nem sempre ser feita a melhor a abordagem aos anseios e reais necessidades das pessoas...

«- Terei um rótulo na testa a dizer que não preciso de nada?»

Na segunda-feira, dia 26, uma jovem equipa de assistentes locais fez o primeiro levantamento no terreno e procedeu à entrega de alimentos e roupas nas casas da vizinhança – Ti Maria, Custódio, Silvério... Ao passar de frente ao nosso casario, o meu pai, no seu jeito honesto e frontal, inquiriu:

– *Então e nós, ninguém pergunta se estamos bem ou precisamos de alguma coisa?*

– *Mas o Sr. Urbano não precisa de nada...* – terá respondido um dos jovens, que com um excesso de zelo ‘paternalista’, logo acrescentou existirem outras pessoas mais idosas a precisar de maior apoio.

– *Homessa. Com que certeza pode afirmar tal coisa? Acaso alguém veio bater à nossa porta a perguntar do que precisávamos? E ali à frente (apontando a casa da minha avó, Leonor) também mora uma idosa com quase 90 anos...*

E mais adiantou o meu pai não estar a sua família, incluindo a sogra, a necessitar de comida ou roupa, mas estar preocupado com os animais. À vista dos jovens, o negro consumiu o verde pasto e, com as reservas a escassearem, talvez não

houvesse outro jeito senão vender o gado. *“Vai-te lucro, mas não dês perca!”* – como conta o provérbio popular.

Atenciosamente, os jovens tomaram registo. O embarço veio da enumeração feita na Vila de uma listagem predefinida das casas/famílias a prestar apoio, sem que no entanto tivesse sido feito um levantamento exaustivo porta-a-porta. Outros moradores do Dordio e do Troviscal queixaram-se de semelhante tratamento.

E valeu esta reclamação para que os meus pais finalmente conseguissem receber uma pequena ajuda, em ração e palha – com a garantia de que durante as próximas semanas será reforçado o apoio a prestar aos pequenos agricultores. Porém, antes da recolha dos géneros, novo embarço, que pelo relato ao telefone deixou o meu pai muito transtornado:

– Eu não estou pra isto. Vou vender o gado!... Ao que um homem se sujeita para receber uma pequena ajuda... Vê lá tu, que o Sr. XXXX, à frente de quem ali estava, vem com esta: ‘ – Cresceu-te o gado de um dia pró outro?’ E continuou ‘ – Contei-te 4 ou 5 ovelhas e agora dizes que tens o dobro?’

‘ – Pois não só tenho ovelhas, como também tenho cabras! Além disso, devo-te alguma coisa para contares o que tenho e não tenho?... E quem duvidar, pois que venha ver e melhor saiba contar!’ – ao que terá o meu pai respondido. De facto, além das borregas que pastam livremente no olival, vistas da calçada, os currais da casa da minha avó guardam o chibo e as cabras, que geralmente pastam presos à corrente no fundo das hortas. Enfim, um episódio mesquinho e humilhante!

Infelizmente, em tragédias desta dimensão não faltarão *oportunistas*, que aqui como em qualquer outro lugar, sempre reclamarão ajuda sem ter necessidade. Mas também é nestas circunstâncias que se avalia o verdadeiro carácter das pessoas. Positivamente, para além dos casos particulares e dos episódios mesquinhos, o mais relevante é o *voluntarismo* e a enorme solidariedade vinda de muita boa gente e de toda a parte. Bem hajam!

2. EN 236-1: estrada da morte ou via verde da esperança. Esta expressão vinculada pelos média tem gerado compreensível desconforto junto da população de Castanheira de Pera – incluindo o edil castanheirense, Fernando Lopes – que teme a repercussão negativa sobre a promoção turística do concelho. E há quem avance com ideias originais para a requalificação paisagística da EN236-1. Paula Ponte, professora nas áreas de ensino artístico e educação visual, residente em Leiria, tem investido as suas poupanças na recuperação de uma antiga casa para segunda habitação de férias ou, eventualmente, destinada ao turismo rural, na bonita aldeia serrana dos Pisões – num dos muitos belos recantos da Ribeira da Pera, mais a norte, não atingidos pelo fogo. Impressionada com a tragédia, veio sugerir que ao longo da estrada EN236-1 fossem criadas retiros e zonas ajardinadas com elementos artísticos e espécies vegetais endógenas, incluindo a reflorestação da área envolvente com castanheiros, carvalhos, sobreiros e outras.

3. As declarações “incendiárias” do Presidente da Liga de Bombeiros. O funeral do bombeiro Gonçalo Conceição foi um momento de grande comoção. Porém, perante a presença nunca antes vistas de tão ilustres autoridades da vida política nacional, compreende-se que nos círculos de pessoas afins, que se formavam entre a multidão, junto ao quartel, no largo da Igreja, no café

ou nos bancos da praça, se fizessem comentários sobre a actuação pública dessas distintas figuras. Numa terra tradicionalmente socialista, os maiores afectos de louvor pareceram ser dirigidos ao incansável e solícito *“presidente de todos os portugueses”*, Marcelo Rebelo de Sousa. Mais ambígua era a presença de Jaime Marta Soares. Por um lado, reconhecia-se-lhe o discurso comovente com que se pronunciou a propósito da heroicidade dos bombeiros acidentados na EN236-1. Por outro, havia quem recordasse as polémicas declarações proferidas pelo presidente da Liga de Bombeiros há menos de um mês: – afinal, o que queria ele dizer com “desenterrar o machado da paz para fazer a guerra”? Estaria o alto representante dos bombeiros voluntários a vaticinar que uma tragédia desta dimensão pudesse ocorrer? E, para lá das carências de meios, que outros negócios escusos se escondem por detrás dos incêndios?... Para mais, Jaime Marta Soares atirava agora uma nova teoria sobre as verdadeiras causas do incêndio, lançando suspeitas sobre mão criminosa. Ora, se é importante que a verdade seja em rigor apurada, deve haver um tempo oportuno para ser investigada e pronunciada. E, neste momento geral de consternação, com muitas famílias ainda em choque pelas perdas sofridas, alguém vir dizer que o agente de ignição do fogo não foi um fenómeno natural (o acaso de um raio numa trovoada sêca) obedecendo a um misterioso desígnio de Deus, e, afinal, terá sido motivado por um pirómano, incendiário, criminoso e homicida – responsável pela morte de 64 pessoas, 200 feridos, centenas de casas destruídas e muitos outros danos, e que eventualmente ainda circula impune pelas redondezas – é verdadeiramente chocante!

E se há razões para acreditar que Portugal tem os “melhores bombeiros do mundo”, talvez este seja o momento de irmos além do “voluntarismo” e procurarmos uma gestão mais “profissional” e “inteligente” dos recursos, que combine a prevenção com o combate aos incêndios.

[Hoje, 02 de julho, Jaime Marta Soares avançou com nova teoria para uma causa *não-natural e não-criminosa* – a hipótese de descarga eléctrica ou *“arco voltáico”*, desencadeado por anomalia técnica nas linhas de alta e média tensão que atravessam a região. Em que ficamos?...]

4. Limpeza da floresta. Este é um assunto bastante sensível para as moradores da região. Por vezes, é difundida a ideia errônea, por muitos comentadores e analistas de ocasião que preenchem o tempo e o espaço dos jornais e da televisão, de que os habitantes das zonas rurais não cuidam devidamente da limpeza dos seus campos e das florestas – deixando, inclusive, que as árvores e os matagais cresçam desordenados em redor das povoações.

Certamente, casos haverá de desmazelo. Porém, importa que não se caia numa visão “cidadina” e demasiado simplista da dura realidade que se vive nesta região do Pinhal Interior Norte. O envelhecimento demográfico, que desde logo torna evidente o elevado grau de vulnerabilidade e dependência destas populações, agravada pelo êxodo rural e a desertificação humana, ajudam a explicar o estado de abandono dos campos e da floresta. Tal como vem justificar que um elevado número de proprietários reside hoje nas cidades – e não nas aldeias! Ou seja, estamos na presença de um número crescente de proprietários “deslocados” da realidade do campo – e que frequentemente apenas se lembram dos eucaliptos ou dos pinheiros a “corte” lá na terrinha quando, para satisfazer o seu estilo de vida “urbano” ou “cidadino”, pretendem comprar car-



ro novo, casar um filho e pagar a boda, viajar ou fazer remodelações no apartamento da cidade ou na casa de campo na casa!

São os exploradores “oportunistas” da floresta, que buscam proveito rápido em pequenas parcelas de floresta herdadas dos pais ou avós de que não cuidam, não limpam e não investem. E se estes ainda conhecem as parcelas de terreno que lhes pertencem, outros há que são proprietários “omissos” – aqueles que em rigor não sabem onde ficam as terras. E acrescentem-se os “indivisos” das parcelas que são de muitos donos – e logo de nenhum!... Neste vazio, não surpreende que apareçam os “açambarcadores” – que, de forma ilícita, mudam os marcos, alteram as extremas e fazem “usucapião” de terrenos que nunca lhes pertenceram, inclusive de terras baldias. E, para completar o quadro, há ainda os “saqueadores” – madeireiros, e não só, que sem respeitarem extremas e olharem o dono cortam torto e a direito.

Feito este enquadramento, percebe-se que os incêndios de verão são apenas a expressão trágica mais visível de uma floresta desordenada, nalguns casos saqueada, sem lei nem dono! Posto isto, é relevante que se conclua o «cadastro florestal» - e, a partir daí, proteja-se, apoie-se e responsabilize-se quem de direito...

Finalmente, importa referir que o interesse pela preservação de uma floresta limpa não serve apenas como medida preventiva à propagação dos incêndios – cada vez mais é uma exigência reclamada pelos autarcas e agentes locais como uma oportunidade para a criação de emprego e de riqueza, em resultado do melhor aproveitamento da biomassa.

5. Ordenamento floresta. Outra expressão cara amplamente divulgada nos últimos dias é a necessidade imperiosa de se proceder ao “ordenamento da floresta”. Como cada cabeça tem sua setença sobre o assunto, pergunta-se: – *Afinal, o que é “ordenamento da floresta”?*

Tão importante quanto entender o que significa “ordenamento”, é saber como por em prática tão preciosos preceitos teóricos. Ora, é quanto à questão da aplicação prática que esbarram as maiores dúvidas – e potenciais resistências – das populações, sobretudo atendendo à grande fragmentação das propriedades florestais. Mas vamos por partes...

Há duas perspetivas sobre o ordenamento das florestas que, embora nos pareçam perfeitamente conciliáveis e complementares, levantam eventuais pontos de conflito.

Primeiro, temos a visão de que os grandes incêndios apenas poderão ser prevenidos e controlados se o referido ordenamento considerar a abertura de grandes aceiros, por forma a criar faixas desarborizadas que impeçam a propagação do fogo. Para tal, há quem sugira que deva ser o Estado a avançar com a expropriação de terrenos, num processo similar a criação de áreas desimpedidas para o atravessamento de linhas eléctricas de alta tensão – embora, em contraponto, se deva argumentar que estas não são áreas florestais de domínio público e que o Estado não deve substituir a responsabilidade dos proprietários na gestão privada da floresta.

A segunda corrente defende uma maior consciencialização ambiental, que promova: a biodiversidade e a extensão das áreas povoadas com espécies endógenas; a pluralidade de culturas nas fileiras de produção florestal; e, a dinamização de novas indústrias de transformação de madeiras e derivados, como factor relevante para a criação de emprego e fixação de riqueza nas regiões do interior. Neste caso, assume-se que a biodiversidade e a alternância do mosaico

florestal, delimitando a extensão das monoculturas de eucalipto e pinheiro, é a melhor forma de prevenir a propagação dos incêndios.

É precisamente no tratamento a dar à exploração económicas das monoculturas, sobretudo o eucaliptal, que as opiniões divergem. Para uns, a viabilidade económica da floresta portuguesa está na intransigente defesa desta fileira que serve a poderosa indústria de celulose – pelo que, o mais relevante, é defender os eucaliptais do fogo, através da criação de barreiras à propagação (ex. abertura de aceiros). Deste modo, independentemente da identificação do agente causador da ignição (causa natural ou mão criminosa), a grande dimensão dos incêndios é interpretada como sendo consequência da má gestão florestal das áreas de minifúndio, subtraindo o facto óbvio do eucalipto ser uma espécie altamente inflamável com reacções quase explosivas ao fogo! Por outro lado, importa referir que a madeira de eucalipto queimada continua a ter valor económico para a indústria de celulose – embora, para prejuízo maior dos proprietários, se percam os rolos finos e as varas miúdas frequentemente deixados no terreno, além da quebra geral dos preços da madeira queimada junto do produtor. Neste sentido, embora a persistência dos incêndios tenha como consequência a diminuição geral da produção florestal, a poderosa indústria de celulose – que para laborar não depende exclusivamente da transformação de madeiras nacionais, sublinhe-se! – não sofre directamente com esta calamidade.

Para outros, a prioridade deve ser a diminuição da carga combustível e inflamável das florestas, a qual passa não apenas pela limpeza dos terrenos florestais, mas também pela reconversão florestal (deseucaliptização) que diminua a dependência da produção florestal em relação ao eucalipto – a ser considerada specimen ‘non grata’! Bem feitas as contas, há quem considere que entre os «pinhais do Estado Novo» e os novos «eucaliptais da Democracia» – e ao contrário do que se apregoa – o eucaliptal é também a causa do declínio do Interior! No seguimento deste pensamento, cada vez mais partilhado pelas comunidades locais, há poucas semanas atrás escrevi o seguinte apontamento no jornal de Ribeira de Pera:

O eucaliptal e o declínio do Interior. «[...] De forma continuada, a área coberta de eucaliptais (800 mil hectares em 2014) tem crescido ao longo das últimas décadas – isto, não obstante a “má-reputação” do eucalipto, identificada pela extensa lista de impactos e danos ambientais: diminuição da biodiversidade e destruição de ecossistemas tradicionais, alteração dos níveis freáticos, erosão e degradação dos solos, aumento do risco de incêndio, etc. Critérios estritamente economicistas, fundamentados nas altas expectativas de retorno de uma árvore de crescimento rápido, justificam esta aposta – e, com efeito, apesar das muitas reservas, o eucalipto é uma árvore de grande valor económico... Mas, se observamos o impacto socioeconómico num horizonte temporal mais lato, constatamos que, afinal, o “ouro verde” não é tão brilhante como se apregoa – sendo, inclusive, um dos factores responsáveis pelo “de-sertão verde” (desertificação) de extensas regiões do interior. Vejamos, mesmo quando comparada a outras monoculturas, como o pinheiro-bravo, o ciclo produtivo do eucalipto – da lavragem e plantio, ao corte e transformação em pasta de papel – é relativamente curto e pouco diversificado, quase na dependência exclusiva da indústria de celulose; enquanto o pinhal, embora sujeito a um período de crescimento e maturação mais longo, permitiu o desenvolvimento de actividades conexas – da resinagem às serrações, passando pelas carpintarias e indústrias de transformação da madeira, com grande impacto na criação local de emprego e na redistribuição da riqueza produzida. Logo, se queremos que as florestas sejam um factor multiplicador de riqueza,



potenciando o empreendedorismo e o surgimento de novas indústrias, mais emprego e mais rendimento disponível para as famílias, em justo benefício do desenvolvimento das comunidades locais, então, teremos de mudar o paradigma da gestão das nossas florestas [...]

- Mas, se o eucalipto é uma espécie mal-amada, por que motivo continuam os pequenos proprietários a investir nos eucaliptais?

Em verdade, passou-se da lógica do maior lucro, proporcionado por uma espécie capaz de garantir um retorno rápido do investimento, ao fim de 9 ou 10 anos de crescimento – e, como tal, mais condizente com a estrutura de consumo da sociedade do nosso tempo – para uma lógica de gestão das menores perdas. Por absurdo que possa parecer, continua-se a apostar numa árvore inflamável porque o elevado risco de incêndio não favorece o investimento noutras culturas que requeiram um tempo de crescimento ou maturação maior – de 30, 40 ou mais anos, a pensar não nesta, mas nas gerações futuras. Além disso, apesar do eucalipto ser uma árvore que arde facilmente durante os picos de alta temperatura e baixa humidade, ela tem uma grande capacidade de regeneração, como podemos observar nos novos rebentos que crescem dos cepos e dos troncos poucos meses após a devoragem do fogo. Como resultado, vimos que o eucaliptal não apenas ganhou vantagem na reflorestação das áreas ardidas, substituindo outras culturas florestais, como o próprio fogo, num processo de selecção competitiva, confere vantagem natural ao eucalipto, ao eliminar espécies que lhe concorrem.

A oportunidade perdida do relançamento da resinagem. Recordemos que entre as décadas de 60 e 80, Portugal foi um dos líderes mundiais na produção e transformação primária de resinas (140 mil toneladas em 1984), cujo impacto ao nível do emprego e na redistribuição de rendimentos pela famílias se fazia repercutir na economia de muitos concelhos do interior. Em contraste, hoje, a produção nacional (6000 ton., 2012), apenas satisfaz 10% das necessidades da nossa indústria. Para tal declínio contribuiu a queda dos preços nos mercados internacionais em consequência da concorrência de resinas da China e Brasil, a popularização do eucalipto em substituição da cultura do pinheiro-bravo e, mais importante, a virulência

dos incêndio. Nos últimos anos, a revalorização desta matéria-prima, proveniente de fonte renovável, mais as externalidades positivas associadas à conservação da floresta, veio motivar o crescente interesse pela actividade – como são exemplos o relançamento da resinagem nos baldios de Cortes do Meio (Covilhã) e em Vila Nova (Miranda do Corvo). O crescimento de novos pinhais na região abria perspectivas do relançamento futuro da actividade nos concelhos de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande – hoje, irremediavelmente perdidas!

Diversificar a produção florestal. Árvores tradicionais como o *castanheiro* (madeira nobre e fruto. Portugal produziu em 2013 cerca de 47500 toneladas de castanha, equivalente a proveitos directos de 70 milhões de euros, com a particularidade da castanha nacional ser o segundo fruto mais exportado, a seguir à pêra rocha; ao longo das últimas três décadas, a área de soutos mais do que duplicou [1980: 14mil hectares – 2010: 35mil], com destaque para a região transmontana, que representa cerca de 85% da fileira), os *carvalhos*, *azinheiras* e *sobreiros* (madeira nobre, cortiça, fruto – rações e farinhas. As “bolotas” já fizeram parte da alimentação humana e estudos recentes vem confirmar o seu potencial nutricional, rico em fibras, proteínas e propriedades antioxidantes), árvores ribeirinhas como os *choupos*, *amieiros*, *salgueiros* e *freixos*; outras como *cerejeira* (madeira nobre ou fruto), *noqueira* (madeira nobre, fruto), *bórdos* (madeira), *bétula* (medicinal), *aveleira* (fruto) e o *medronheiro* (fruto, licores; espécie arbustiva mediterrânica, adapta-se bem a solos pobres xistosos, encontrando-se difundido nas serranias algarvias do Caldeirão, onde o fruto é bastante apreciado na produção tradicional de aguardente. Nos últimos anos, tem crescido o interesse pelo cultivo de medronheiros nas serranias das Beiras, com destaque para a criação, em 2014, da *CPM – Cooperativa Portuguesa do Medronho*, sediada em Proença-a-Nova); ou, até exóticas como *paulownia* (celulose, madeira, bioetanol e biomassa. Espécie de crescimento rápido originária da China, apresenta maior rentabilidade e diversidade de usos comparativamente ao eucalipto: produz madeira de qualidade, leve e resistente; a folhagem abundante é usada na produção de bioetanol, biomassa (pelletização) e forragens, e, as flores tem potencial melífero. Esta cultura requer técnicas de regadio nos primeiros anos e boa exposição solar; porém,

o principal obstáculo é o licenciamento da importação e plantio de espécies híbridas mais produtivas, como as desenvolvidas na região de Cáceres, em Espanha); e, ainda culturas frutícolas como diospiros e kiwis, são espécies de grande interesse económico e ambiental para a região – a serem estudadas e cultivadas numa lógica de diversificação florestal, alternativa ou complementar às monoculturas do *eucalipto* e do *pinheiro-bravo*.

De uma forma geral, uns e outros pedem uma maior intervenção do Estado, nos vários níveis da gestão e ordenamento das florestas – regulamentação e fiscalização, prevenção e combate a incêndios, apoios à reforestação e à inovação técnica e científica (I&D) das fileiras e produtos florestais etc. Mas, na relação entre o domínio público do Estado e a gestão da propriedade privada há um terceiro campo de intervenção: o associativismo, o cooperativismo e o comunitarismo aplicado à exploração e preservação das florestas.

Formas de organização comunitária ainda subsistem na gestão que é feita dos terrenos baldios pelas respectivas comissões de partes – e, neste ponto, por nem tudo corre bem, importa chamar a atenção dos decisores políticos para a gestão polémica que tem sido feita dos baldios de Castanheira de Pera, denunciada nos últimos anos pelo jornal Ribeira de Pera.

É no reforço do associativismo local que reside a grande esperança do futuro das nossas florestas. Pois, só por esta via, redimensionando a escala de intervenção, é possível prosseguir com uma gestão profissional mais eficiente e racional dos recursos, capaz de reduzir os custos de produção, responder a critérios ordenamento voltados para a prevenção do risco de incêndios, o pluralismo das culturas florestais, a biodiversidade e ainda a dinamização de novas indústrias locais – isto, claro, em proveito dos da participação dos pequenos proprietários. A criação das ZIFs – Zonas de Intervenção Florestal, foi um primeiro passo de um longo caminho a percorrer...

E, no entanto, é de certa forma compreensível a desconfiança, senão resistência, de alguns proprietários locais, sobretudo os mais idosos – para quem a posse dos pequenos terrenos florestais é também a garantia do acesso a outros importantes recursos, como o corte de lenhas e recolha de matos, que não cabem numa visão estritamente economista da produção e rentabilização da propriedade florestal – de tão arraigados que estão [ainda] ao seu modo de vida tradicional. Há, diríamos até, um certa expressão inocente de “anarquismo” nas gentes serranas que, na subtileza do modo de agir, é necessário ter sensibilidade de compreender, sobretudo quando se pretenda instituir novas estruturas burocrática e hierarquizadas na gestão do espaço rural:

A “república” das gentes serranas que ainda faz germinar o sonho de Liberdade!

Desde que os meus pais se reformaram (a minha mãe foi operária fabril e o meu pai chefe de produção e manutenção na indústria de lanifícios e nos últimos anos formador na área de serralharia e metalomecânica) passaram a dedicar-se por inteiro à agricultura. Durante muito tempo pensava que este tipo de agricultura doméstica de subsistência familiar (microprodução / minifúndio) era um complemento aos baixos salários, reformas e outros rendimentos das gentes humildes da região. Recordemos, mesmo no auge da laboração das fábricas do concelho, as estreitas terras cultivo, partidas e reparadas em pequenos talhões, continuaram a ser duramente arroteadas e amanhadas – porque o progresso de há 100 ou 150 anos atrás, na transformação de um pequeno vilarejo perdido nas serranias, então pertencente ao concelho de Pedrógão Grande, num relevante centro da indústria de lanifícios, só foi possível por os baixos salários

serem complementados com a exploração de uma agricultura rudimentar.

Mas, com uma reforma conjunta capaz de garantir um nível de vida satisfatório, não são imperativos de subsistência que justificam, hoje, o forte apego dos meus pais à terra. Tal como não o será para outro tipo de reformados, regressados à aldeia (ainda que a tempo parcial) após longos anos a trabalhar e residir nos arredores de Lisboa, noutra cidade litoral ou no estrangeiro, que procuram na velhice readaptar-se à vida no campo e ao cultivo de pequenas hortas, num movimento que foi ganhando alguma expressão antes da chegada da crise.

Ovelhas, cabras, colmeias, porco, galinhas, patos, coelhos... mais o cão e os gatos. Vinha, olival e diversas árvores de fruto. Batatas, milho, couves, tomate, alface e farta variedade de outros hortícolas... Tudo isto requer muito trabalho e dedicação. Mas, porquê? – perguntava eu, reclamando por eles quase nunca saírem, passearem e virem ver as modas da cidade.

Hoje – bem sei – onde eu via uma prisão, há no amanhã da terra uma genuína busca pela Liberdade. Onde pensava apenas haver um trabalho penoso, desfasado do tempo, sei que há prazer e amor. Prazer de beber um bom vinho sem rótulo e brindar com os amigos. Prazer de saborear um azeite que sabe genuinamente a azeite – e haver quem queira comprar e ter para dar e não vender. Prazer de comer um bom fumeiro ou presunto caseiros, uma galinha dura do campo ou uma febra no churrasco no dia da matança do porco. Prazer de cultivar, criar, ver crescer e colher. Amar para dar, partilhar e receber...

Neste modo de vida não há lugar à especialização mecânica das partes. As partes estão interligadas com o todo – e só tudo, junto, faz sentido! As ovelhas e as cabras comem a erva e limpam os campos, dão leite, queijo e crias para a alimentação, mais o estrume que enriquece o solo pobre. As parreiras e latadas (vinha) conservam a fresquidão da horta nos dias quentes de verão. O milheiral alimenta as galinhas e é forragem para o gado. A horta fornece a casa, e os restos da mesa, mais os excedentes do campo, alimentam os animais. E a floresta fornece os matos e a lenha... Num ciclo de economia doméstica em que nada se perde e tudo se aproveita, cada qual tem a sua função – e até o gato de estimação espanta os ratos e o cão guarda a casa e os logradouros!

E isto também é, no entendimento próprio destas gentes, uma expressão de Liberdade – ser livre para plantar e colher o próprio destino, de uma vida humilde e modesta que não é rica, nem pobre. Existe porque subsiste e resiste – e nem entra nas contas do PIB!

Desenganem-se, porém, os românticos, porque este modo de vida é duro, traz um retorno que não é lucro (moeda) e não é facilmente aprendido e replicável – pois não se ensina nem se aprende nos bancos da escola, não é transformado e guardado em boiões industriais, nem conservado em latas de sardinha. É o saber acumulado ao longo de gerações que se vai perdendo no tempo. E, entre as muitas licenças, taxas e padronizações, próprios de um Estado burocrático e de uma economia industrializada orientada para o mercado, muitos são obstáculos à continuidade a este modo ancestral de cultivar a vida.

É uma outra “república”, das gentes serranas, que sem nunca alcançar a autarcia e longe de ser autossuficiente, preserva ainda os saberes tradicionais de um modo de vida esforçado que aprendeu a extrair do solo mais do que a pobreza da terra podeira dar. E isto faz ainda em mim – que trabalho na cidade, numa instituição bancária orientada para o lucro e os dividendos a distribuir pelos accionistas – continuar a amar a Castanheira onde nasci e a valorizar essa outra “república” das serranias esquecidas do interior, que [ainda] nos faz sonhar com a Liberdade!

IV. Caracterização socioeconómica do

concelho de Castanheira de Pera

A problemática do envelhecimento demográfico

Analisando a evolução do *índice de envelhecimento* no concelho, ao longo das últimas décadas, verificamos que: em 1960 existiam 44 idosos (>=65 anos) por cada 100 jovens (<15 anos); vinte anos mais tarde, em 1980, a proporção de idosos subiu para 82; no início deste milénio, já o número de indivíduos em idade de reforma quase duplicava o número jovens (195,4); e, passada uma década, nos censos de 2011, este ratio quase triplica (288). Estimativas Prodata para 2015 apontam para uma desproporção de 350 idosos por cada 100 jovens (369,7)!

Para termos uma noção mais exacta da dimensão dos números, vale considerar que embora o envelhecimento demográfico seja um fenómeno observado nos países desenvolvidos, Portugal (2001:101.6; 2011:125.8; 2014:138.6) é o 5º país mais envelhecido entre 26 países da União Europeia (UE: 119.8,2014), apenas superado pela Alemanha (159.1), Itália (155.9), Bulgária (143.3) e Grécia (141.8). Comparativamente ao concelhos vizinho, Castanheira de Pera (369.7) apresenta o valor mais alto da Região de Leiria (R. Leiria:158.8; Figueiró dos Vinhos: 315, 2º; Pedrogão Grande, 274, 4º) e o 11º da Região Centro (180.1) – abaixo de Pampilhosa da Serra (546.6), na Região de Coimbra, Vila Rei (498.5) e Mação (472), no Médio-Tejo, e dos concelhos mais envelhecidos dos interior das Beiras: Vila Velha de Ródão (819.4), Penamacor (588.3), Oleiros (581), Almeida (551.7), Sabugal (513), Idanha-a-Nova (428), Mêda (384). A nível nacional, Castanheira de Pera é o 18º concelho mais envelhecido entre 308 municípios do país – apenas ultrapassado, a Norte, pelos concelhos transmontanos de Vinhais (530.6) e Vimioso (371.6), e Torre de Moncorvo (428.4) no Douro; e, a sul do Tejo, por Arronches (405), Gavião (462) e Nisa (383), no distrito de Portalegre, Mértola (374), no distrito de Beja, e o Alcoutim (665.7) no interior do Algarve! Refira-se que no Continente apenas existem 14 municípios “jovens” com índices abaixo de 100: 6 estão na área de expansão metropolitana de Lisboa, que também concentra a maior proporção de população em idade activa (Alcochete, 87.6; Mafra, 84.9; Montijo, 98.2; Sesimbra, 96.8; Sintra, 93.8 e Vila Franca de Xira, 95.1), 6 no distrito do Porto (AMP: 1 – Paredes, 79.9; Tâmega e Sousa: 5 – Felgueiras, 94.2; Lousada, 75.1; Marco de Canaveses, 91.8; Paços de Ferreira, 78.2 e Penafiel, 90.7) e 2 no Minho (Cávado: Braga, 96.9 – é a capital de distrito mais jovem do país; Ave: Vizela, 91.8).

Deste retrato, podemos concluir que Castanheira de Pera apresenta um elevado índice de envelhecimento, ao nível das subregiões de Trás-os-Montes, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa. Este quadro de acentuado desequilíbrio demográfico é explicado, sobretudo, pelo efluxo migratório ocorridos nas últimas décadas, que se reflecte, num primeiro plano, na diminuição expressiva do segmento da população em idade activa, que partiu em busca de melhores condições de vida nas cidades do litoral ou no estrangeiro. Como consequência, observa-se não apenas o aumento do peso relativo da população idosa no conjunto remanescente da população (Cast.Pera [>=65anos]: 2001:25.8%; 2014:32.6%; [<15anos]: 2001:13.2%; 2014:9.4% // Portugal [>=65anos]: 2001:16.5%; 2014:20.1%; [<15anos]: 2001:16.2%; 2014:14.5%), como na diminuição significativa de famílias com filhos menores e de indivíduos em idade fértil – o que por sua vez infere na quebra continuada da taxa de natalidade e na capacidade de renovação dos efectivos populacionais (nº nascimentos: 2001:37; 2014:11). Em súmula, com uma população estimada de 2902 habitantes em 2014, o concelho perdeu cerca um quarto (22%) do efectivo populacional desde o início do milénio (2001:3733hab) e metade nos últimos 50 anos (1960:5739) – hoje,

por absurdo que possa parecer, o concelho tem uma população inferior ao efectivo de 1864, por altura do arranque da industrialização, e bem longe do máximo histórico de 6523 registado em 1911, em vésperas da fundação da sede de município! Pior, estes números não só traduzem o drama socioeconómico vivido nas últimas décadas do século passado, em consequência do definhamento e falência da outrora pujante indústria de lanifícios – e que se sobrepôs, como agravante, ao impacto adverso do esvaziamento demográfico de vastas regiões do interior – como vem questionar o rumo político da autarquia nos últimos anos, excessivamente endividada e focalizada num único objectivo: o turismo, a partir do investimento numa única infraestrutura de retorno sazonal, a Praia das Rocas! Como resultado, assistimos a uma espiral depressiva, em que a falência da indústria local e, de forma mais ampla, o definhamento das frágeis economias do interior, levaram a profundos desequilíbrios demográficos. E, por retorno, o agudizar da crise demográfica leva a um estado agonizante de exiguidade socioeconómica que, no limite, vem colocar em causa a viabilidade política e administrativa das autarquias locais. Afinal, que futuro poderá ter um concelho com menos de 3000 habitantes?

Espiral depressiva. Aqui como acolá, sem oportunidades profissionais, os jovens emigram. Sem crianças, fecham escolas. Sem gente, não há comércio e fecham lojas e serviços – da mercearia à agência bancária, dos correios às repartições públicas, mais os cortes nos serviços de proximidade, na assistência social e na saúde. Aqueles que ficam, não vivem, apenas sobrevivem num ambiente depressivo, sem futuro, nem expectativas. E, onde não há jovens, sobram os idosos com as suas maleitas físicas e carências afectivas...

Agora, acrescentemos a esta *espiral depressiva* o impacto adverso trazido por este devastador incêndio...

V. Enquadramento geopolítico de

Castanheira de Pera na Região de Leiria.

O estado de exiguidade do concelho e a capitalidade adormecida de Coimbra!

Ainda o incêndio de Pedrógão Grande não tinha sido circunscrito e das Anchas avistávamos uma densa nuvem de fumo que se erguia para lá da serra do Alto das Fontes, para os lados do **Amioso**, no concelho vizinho de **Góis**.

Dois grandes incêndio devastam o Pinhal Interior Norte. A Serra da Lousã divide dois distritos – Leiria e Coimbra – mas, a realidade dum e doutro lado das serranias é quase a mesma. Idêntica na paisagem e na caracterização demográfica, social e económica...



Não é fácil chegar ao outro lado da serra. Há muitos constrangimentos e limitações que impedem uma maior integração (sub) regional – por exemplo, ao nível da melhoria das acessibilidades,

falta uma estrada que ligue as vilas de Castanheira de Pera e Góis, considerada relevante para a melhor promoção da rota das Aldeias do Xisto, passando Aigra e Comareira; a estrada N347, que liga Castanheira ao Espinhal (Penela), atravessando Campelo (Figueiró dos Vinhos), continua estrangulada no Traquinai, sem continuidade para Miranda do Corvo; enquanto a Pampilhosa da Serra reclama melhores acessos a Pedrógão Grande, pela N344; etc.

E falta mais cooperação política e associação intermunicipal.

Mas, o mais relevante é que há importantes afinidades que unem, e potenciam uma ligação mais forte, entre os concelhos vizinhos de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, e, Pampilhosa da Serra, Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela – a que podemos acrescentar, mais a sul, Alvaiázere e Ansião.

Perdidos nas serranias: de Leiria ao Pinhal Interior! Cada vez mais a **cooperação intermunicipal** é peça fundamental no desenvolvimento das autarquias, nomeadamente entre concelhos de pequena dimensão. Para tal, importa que o autarca não se detenha numa visão paroquial do seu município e saiba partilhar ideias e projectos com os autarcas dos concelhos vizinhos... No caso concreto de **Castanheira de Pera** é imprescindível cultivar e manter uma boa relação de proximidade com **Figueiró dos Vinhos** e **Pedrógão Grande** – afinal, a reduzida dimensão do nosso concelho obriga a que o acesso a importantes bens e serviços públicos se faça na sede do concelho *figueironse*: tribunal, escola secundária, centro de emprego, serviços de saúde, comércio, etc. A associação destes 3 concelhos é a pedra angular no desenvolvimento local/subregional. Porém, se alargarmos a escala de integração regional a outros concelhos, o cenário torna-se confuso e até disfuncional. Estes 3 concelhos, em conjunto com **Ansião** e **Alvaiázere**, integram o antigo **distrito de Leiria** – e, embora a repartição geográfica dos distritos tenha vindo a perder relevância político-administrativa, esta ainda serve a organização da Protecção Civil e a composição dos círculos eleitorais, permanecendo no uso corrente e no senso de orientação espacial para muitas empresas e cidadãos. Entretanto, a introdução das NUTS, em 2003, veio redesenhar o mapa do território nacional em novas regiões – e os 16 concelhos do distrito repartidos entre as sub-regiões (NUTS 3) do *Oeste* (Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche), *Pinhal Litoral* (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) e *Pinhal Interior Norte* (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande). Desta última sub-região PIN faziam ainda parte 9 concelhos do interior do distrito de Coimbra (Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e V.N. Poiares), compreendendo uma área geográfica de 2617 km2 e uma população de 131.371 (2011). Enquanto do *Pinhal Interior Sul*, a nascente da fronteira natural do rio Zêzere, faziam parte 4 concelhos do antigo distrito de Castelo Branco (Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei – mais Mação, do distrito de Santarém). **As subregiões do Pinhal Interior formavam unidades territoriais caracterizadas de grosso modo por um paisagem dominada por serranias, grandes extensões de florestais, solos pobres com fraca aptidão agrícola e pela baixa densidade demográfica.**

E, deste quadro, logo uma particularidade salta à vista – em toda a vasta área do Pinhal Interior, apenas uma sede de concelho tinha o estatuto de pequena cidade: Oliveira do Hospital. E é precisamente para preencher esta lacuna que a nova reorganização dos concelhos em Comunidades Intermunicipais (CIM) levará à desintegração das subregiões do Pinhal Interior, com os 5 concelhos do norte do distrito a serem reintegrados na Região de Leiria, juntamente com os outros 5 concelhos do *Pinhal Litoral*– a norte da Serra da Lousã, os concelhos do Pinhal Interior são reintegrados na Região de Coimbra, que entretanto passa a incluir Mealhada (Aveiro) e Mortágua (Viseu);

e, para lá do Zêzere, Sertã, Vila de Rei e Mação convergem para o Médio-Tejo, com centro gravitacional no eixo Tomar-Abrantes, enquanto Oleiros e Proença-a-Nova reintegram a Beira Baixa, com centro em Castelo Branco.

Acontece que **o formato da Região de Leiria tem uma aparência assimétrica e disfuncional – denunciando, desde logo, as grandes diferenças geográficas e socioeconómicas existentes entre os 5 concelhos do litoral e os 5 concelhos do interior – e, em particular, os 3 concelhos das serranias mais a norte!** Por outro lado, Leiria, localizada no extremo litoral-sul, é uma capital subregional relativamente distante, quando comparada com a distância a percorrer em direcção a Coimbra ou Tomar [Castanheira de Pera a – Leiria, 90kms; Tomar, 63kms; Coimbra, 60kms (aprox)].

A decisão dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Ansião e Alvaiázere integrem a CIM Região de Leiria, deveu-se, sobretudo, a critérios de representatividade política - e não tanto a uma apurada estratégia de desenvolvimento local e de integração regional. Ou seja, após a extinção do Pinhal Interior Norte, os decisores políticos de Castanheira de Pera, tal como os autarcas dos restantes concelhos envolvidos, consideraram ser mais vantajosa a convergência em direcção à antiga capital de distrito, no arranjo de uma comunidade intermunicipal formada por 10 municípios. Deste modo, apesar dos autarcas reconhecerem a área de influência metropolitana de Coimbra sobre os respectivos territórios, pensou-se que a possível integração na *CIM Região de Coimbra*, potencialmente alargada a 24 municípios, viesse a diluir ainda mais o peso e capacidade de influência destes concelhos nas decisões políticas da *Comunidade*. E o resultado é a reconfiguração assimétrica e disfuncional da CIM da Região de Leiria – sem que esta opção tivesse produzido de facto algo de substantivo. Com efeito, apesar da antiga capital distrital ter perdido influência sobre os concelhos do sul do distrito (Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche - reenquadrados na NUTIII / CIM do Oeste e com novo centro subregional nas Caldas da Rainha), o posicionamento geoestratégico de Leiria, voltado para o litoral, depende mais da afirmação dos eixos Leiria-Oeste e Leiria-Fátima/Ourém (Médio-Tejo), do que da aposta numa maior integração subregional com os concelho do interior-norte do distrito.

Logo, devemos colocar a questão pertinente de saber *quais as alternativas e melhores opções de integração regional* se nos colocam.

- Deve Castanheira de Pera permanecer na Região de Leiria ou integrar a Região de Coimbra?

De imediato, a resposta não se afigura de fácil resolução. Porém, os argumentos que sustentam a útil e necessária convergência em direcção à **Região de Coimbra** são por demais evidentes. **É consensualmente percebido pelos população de Castanheira de Pera que o município está inserido na área de influência geográfica de Coimbra.** E esta observação é estendida aos concelhos vizinhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ansião e Alvaiázere é fundamentada nos seguintes dados factuais:

1. Saúde. É em Coimbra (e não na sede de distrito de Leiria) que estão localizados os serviços centrais hospitalares, designadamente o **Hospital Geral do Covões**. Tal como é na **maternidade Bissaya Barreto** que, desde meados dos anos 70, tem nascido os bebés registados nestes concelhos.

2. Comércio, Serviços e Cultura. É em Coimbra que os cidadãos destes concelhos encontram um leque mais diversificado e especializado de bens e serviços, que não encontram na sede de concelho ou vilas mais próximas: centros comerciais e hipermercados; fornecedores grossitas e serviços de apoio técnicos (ex. máquinas e acessórios); clínicas e consultórios

médicos especializados; transportes públicos (intermodalidade: comboios, rede expressos, etc.); artes e espectáculos (ex. teatro, concertos, museus, feiras, exposições e congressos, outros). Já Leiria e Pombal destacam-se, sobretudo, na diversificação de ofertas de emprego, resultado de grande dinamismo empresarial e industrial.

3. Educação e Ensino Superior. Coimbra é a principal referência no acesso ao ensino superior, não apenas universitário, como politécnico – com efeito, as escolas superiores do Instituto Politécnico de Leiria não apenas exercem pouca atractividade sobre as opções dos estudantes do norte do distrito/CIM Leiria, como a sua área regional de influência se estende preferencialmente em direcção ao Oeste, aos pólos da Marinha Grande, Caldas da Rainha e Peniche. E idêntica observação é estendida a outras áreas de formação tecnológica (nível intermédio) e de qualificação profissional.

4. Religião. A paróquia de São Domingos de Castanheira de Pera integra a **Diocese de Coimbra** – tal como as paróquias dos referidos concelhos vizinhos.

5. Geografia. Castanheira de Pera fica a cerca de 55kms de Coimbra, no tempo estimado de 45min, seguindo pela A13; enquanto, a distância mais curta a percorrer até Leiria é de 77km, ou 1h15, seguindo o trajecto IC8/IC2.

Rumo a Coimbra!

A convergência natural destes 5 concelhos em direcção à Região de Coimbra significa:

1. Proximidade. Desde logo, o reconhecimento factual da **maior proximidade geográfica em relação à cidade do Mondego**, comparativamente à maior distância a percorrer até Leiria.

2. Capitalidade. Coimbra, pela sua centralidade geográfica está em condições de melhor desempenhar a capitalidade económica, social, cultural e política sobre uma mais vasta área de influência territorial.

3. Novos eixos de cooperação intermunicipal. A integração nesta Comunidade vem abrir novas oportunidades de cooperação intermunicipal, numa escala alargada a outros concelhos vizinhos, com os quais no conjunto partilham importantes afinidades geográficas, culturais e socioeconómicas. **Como acima referido, o mapeamento do Pinhal Interior Norte ia de encontro a esta preocupação de agregar municípios com características idênticas. Mas falhou por excluir o principal centro urbano aglutinador e dinamizador desta subregião - Coimbra!** E, não obstante, se bem observarmos, Coimbra ocupa, por excelência, um espaço geográfico intermédio, na transição entre os campos do Baixo Mondego, no litoral, e as serranias interiores da Lousã e do Açor.

Em sùmula, a proposta de alargamento da CIM Região de Coimbra, do Mondego até aos limites dos Pinhais do Zêzere, na reconfiguração das fronteiras com as subregiões/CIM de Leiria e do Médio-Tejo, mais não é do que a reinterpretação do espaço geográfico do Pinhal Interior Norte - a ser reintegrado, desta feita, na área de influência urbana/metropolitana e regional de Coimbra. No desenho de um mapa alargado da Região de Coimbra, potencialmente estendido a 24 municípios, podemos então desenhar 4 eixos principais de *cooperação intermunicipal*:

i) Baixo Mondego – formada pelo conjunto de municípios litorais, a poente de Coimbra, dos campos de Montemor-o-Velho e Soure às praias da Figueira da Foz, Tocha (Cantanhede) e Mira, mais os concelhos do sul da importante região vinícola demarcada da *Bairrada*, Cantanhede e Mealhada;

ii) Mondego-Alva – reunindo os concelhos a norte/nodeste de Coimbra, do vale do Mondego e do rio Alva, até aos limites fronteiros das sub-regiões de *Viseu/Dão-Lafões e Beiras e Serra da Estrela*. V.N. Poiares, Penacova, Mortágua, Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil;

iii) Serranias da Lousã e Açor– composta pelos concelhos serranos no território compreendido entre o Mondego (Dueça e Ceira) e o Zêzere: Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, V.N. Poiares, Arganil, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos;

iv) Sicó/Alvaiázere – agregando os concelhos das Terras do Sicó: Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova e Soure.

Portugal ao Centro

Ao longo das últimas décadas, o **Portugal Democrático** conheceu grandes progressos materiais – e grandes avanços no reconhecimento das liberdades individuais, na cidadania e nos direitos civis.

Porém, o agravamento das assimetrias regionais, pelo esquecimento e abandono das regiões do interior do país, envelhecidas e desertificadas, num retrato comprometedor da coesão e integridade económica e social do território nacional, significa que para além das virtudes das grandes conquistas Democráticas, o país também fracassou!

Portugal sofre da *macrocefalia* do centralismo político da capital Lisboa e do *bipolarismo* das grandes áreas metropolitanas, na captação investimento e na criação e fixação de riqueza.

Para um desenvolvimento mais harmonioso do país, Portugal ao Centro precisa de uma **Coimbra** mais forte, dinâmica e próspera.

• Porque Coimbra tem de reafirmar a sua ***capitalidade*** na Região Centro e no país – e reclamar da República maior descentralização administrativa e política.

• Porque só ***Coimbra no Centro*** – na virtude da sua excepcional centralidade geográfica – tem a capacidade de unir o norte e o sul, contrabalançando a penetração das zonas de influência metropolitana de Lisboa e do Porto, e, de ligar o litoral e o interior, os campos do Mondego e as serranias beirãs.

• Porque os concelhos do **Pinhal Interior Norte** precisam de uma Coimbra mais próxima e presente na valorização regionalista da sua mais direta área de *influência intermunicipal e metropolitana* – a ***Região de Coimbra***.

• Porque **Castanheira de Pera** – e o concelhos vizinhos de **Pedrógão Grande** e **Figueiró dos Vinhos**, mais **Ansião** e **Alvaiázere** – precisam de convergir em direcção à plena integração na *comunidade intermunicipal* de **Coimbra**.

Afinal, por que esperamos?...

Post scriptum

Dia 4 de julho é feriado municipal em Castanheira de Pera – 103 anos. A bandeira do município estará a meia haste.

Na consternação e na esperança, este testemunho assinala esse dia.

«Estamos Vimos!»

Não, não é o fim...

Ao virar da folha há uma página em branco.

E uma nova história para escrever sobre o nosso futuro – de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos.

Faça parte dessa história.

Escreva!

ASSINE JÁ!



ALTO RISCO cupão de assinatura
(este cupão pode ser fotocopiado)

Nome: _____
Morada: _____
Código Postal: _____
Profissão: _____
Telefone: _____ Tlm: _____
Email: _____

Desejo a Assinatura Anual de :

Revista Alto Risco - 10 euros Jornal Alto Risco - 8 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correio para:
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

ESCOLHA O MODO DE PAGAMENTO:

Cheque n.º _____
no valor de: _____
Banco: _____

Vale postal n.º _____
no valor de: _____





Chassis MAN para quando as coisas aquecem.

Melhor protecção. Socorro mais rápido. MAN kann.

Sempre prontos a entrar em acção e tão rápidos como os bombeiros: os fiáveis veículos MAN de combate a incêndio e intervenção em catástrofes estão sempre prontos para ajudar quando é preciso. Como veículos normais ou veículos especiais, dominam a sua tarefa com estilo, salvando vidas, extinguindo incêndios e resgatando quem precisa.

www.truck.man.eu/pt/pt/index.html

MAN kann.

